



EMPREGO – O CAMINHO DA RETOMA

O papel central do emprego na resposta à crise



EMPREGO – O CAMINHO DA RETOMA

O papel central do emprego na resposta à crise

Índice

Prefácio por Guy Ryder.....	3
I. Nota de síntese.....	4
II. O impacto da crise.....	5
• O que é que correu mal?	6
• Quais as repercussões sociais da crise?	10
• Estarão os governos a cumprir as suas promessas?	16
III. Os sindicatos e a crise mundial.....	19
• O longo “caminho da retoma” nas Américas *	
• Na Ásia/Pacífico, os trabalhadores empenham-se na manutenção dos empregos e na reconstrução da economia *	
• A África não escapa à recessão económica mundial *	
• Cortes, “layoffs” e uma agenda social fraca afectam toda a gente na Europa *	
IV. O caminho da retoma: uma estratégia sindical de combate à crise...21	
• Uma retoma coordenada e um crescimento mais sustentável do emprego e dos rendimentos.....	22
• Novas regras para os mercados financeiros mundiais.....	28
• Estancar a deflação salarial e combater a crise da justiça distributiva.....	32
• Lançar as bases de um acordo internacional para diminuir os efeitos das alterações climáticas.....	33
• Uma governança económica global eficaz e responsável.....	35

Notas *

Bibliografia seleccionada *

* ver versão integral

Prefácio

A crise económica mundial ameaça milhões de empregos e o futuro das populações em todo o mundo. A taxa de desemprego mundial está em constante crescimento e continuará a subir mesmo quando o crescimento económico tiver sido recuperado. Os salários estão a ser submetidos a pressões para baixarem conduzindo, simultaneamente, a uma diminuição do poder de compra e ao risco de uma espiral deflacionista, o que se traduziria por um declínio do nível de vida, da actividade económica e das trocas comerciais. No entanto é preciso não esquecer que numerosos países já se defrontavam com uma situação dramática antes da crise: pobreza, disparidades crescentes e insegurança no plano da alimentação e do fornecimento de energia.

Será que um mundo melhor pode emergir desta crise? Entretanto as pessoas reclamam uma alteração de fundo em resposta à crise que ataca em cheio a economia e se agrava, a tendência para um retorno “status quo”, reforça-se. A Wall Street retoma os seus hábitos de sempre atribuindo-se prémios inacreditáveis e isto depois de ter sido salva à custa dos contribuintes. Uma parte do sistema de transacções financeiras continua a funcionar ou na sombra ou a beneficiar de empréstimos a baixas taxas de juro, voltando a emprestar a altas taxas e encaixando a diferença. Obviamente, a acumulação de proveitos chorudos continua a ser exequível pelo menos para os mais afortunados.

Entretanto, as trabalhadoras e os trabalhadores confrontam-se não só com perdas massivas de empregos mas também com um enfraquecimento da protecção social, ameaças aos direitos laborais e com a perspectiva de longos anos de austeridade.

Este relatório analisa o impacto da crise no mundo do trabalho e o crescimento económico: passa em revista os esforços desenvolvidos pelo movimento sindical em resposta à crise e apresenta uma estratégia sindical exaustiva para a sua ultrapassagem. É indispensável uma acção internacional dos governos, através da promoção do trabalho digno, para pôr termo a esta profunda crise. Neste sentido, devem encontrar-se alternativas ao sistema polarizado de mercado livre, o qual esteve na sua origem. Por outras palavras, uma retoma eficaz, baseada na criação de empregos dignos, numa regulamentação adequada e em despesas publicas mais elevadas; uma retoma que favoreça a economia real e as pessoas que nela trabalham.

O futuro reserva inúmeras dificuldades aos trabalhadores e aos sindicatos que os representam. Estes já estão profundamente empenhados no acompanhamento do Pacto Mundial para o Emprego adoptado pela Conferência da OIT em Junho, que visa dar uma resposta à crise baseada na promoção do trabalho digno. Os dirigentes sindicais têm apresentado as suas ideias e as suas reivindicações ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ao Banco Mundial e ao G20 a fim de que as prioridades do emprego sejam parte integrante duma nova ordem mundial sustentável e socialmente justa. A Jornada Mundial pelo Trabalho Digno, a 7 de Outubro, será o ponto focal para a resposta sindical internacional à crise.

A Confederação Sindical Internacional (CSI) tem de agir enquanto actor forte, aberto e visível a fim de pôr cobro à crise, garantindo que aquilo que é esperado atingirá os seus objectivos e princípios no sentido de um mundo mais sustentável e equitativo. Este Relatório constitui parte do nosso trabalho para dar cumprimento às nossas responsabilidades.

GUY Ryder, Secretário Geral da CSI

I. Nota de Síntese: As soluções para a crise

Em resposta a esta crise económica global, a mais grave desde a Grande Depressão, o mundo tem de estabelecer um novo modelo de desenvolvimento económico que seja economicamente eficiente, socialmente justo e sustentável quanto ao clima. Este modelo tem de estabelecer o equilíbrio entre a economia real e a economia financeira; os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e o capital; os países com excedente comercial e os que são deficitários e entre os industrializados e os em desenvolvimento. Acima de tudo, deve-se pôr cobro às políticas que têm originado desigualdades massivas, há mais de duas décadas.

- **Uma retoma coordenada e um crescimento mais sustentável** nos empregos e nos rendimentos devem continuar a ser uma prioridade para os próximos tempos a fim de assegurar o máximo impacto nas políticas activas do mercado de trabalho, criação de empregos, cobertura da protecção social, despesas e serviços públicos. Na luta pela retoma é crucial que os países de baixos rendimentos não sejam deixados para trás e que lhe sejam proporcionados os recursos e o espaço político necessários para o desenvolvimento de políticas anticíclicas de fuga à crise.
- **São necessárias novas regras para a regulação dos mercados financeiros mundiais** a fim de ajudarem a restaurar a confiança nos bancos e na economia real, proporcionando um controlo e uma vigilância públicos do conjunto das instituições financeiras, produtos e transacções. Estas medidas deverão ultrapassar o sistema financeiro e cobrirem áreas como a regulamentação das reformas, protecção dos casais enquanto consumidores e finanças sociais, pondo fim a uma economia financeira “nebulosa”, aos paraísos fiscais e a outros regimes não regulados, dos quais se alimenta este tipo de economia.
- **Pôr cobro à deflação salarial e às desigualdades** é igualmente necessário para prevenir uma deterioração mais acentuada das condições do mercado de trabalho. Os tempos de crise não permitem a prossecução de políticas que fragilizem os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e que aumentem a precariedade do trabalho. Pelo contrário, através do diálogo social, deve ser colocado um patamar digno nos mercados de trabalho, a fim de evitar uma espiral descendente dos rendimentos e acabar com o aumento das desigualdades.
- **Um novo contrato verde impulsionará a retoma da economia** e a recuperação dos empregos por meio dos investimentos de larga escala e de mão-de-obra intensiva em infra-estruturas verdes tais como a eficiência energética, energias renováveis e transportes, ajudando também a alcançar um acordo que atenuar as alterações climáticas através do desenvolvimento de uma economia baseada em baixas taxas de carbono nos países industrializados e uma redução das emissões de gás com efeito estufa, em todo o mundo, com a adopção de uma “agenda para uma economia verde”.

- **Requer-se uma governança global eficaz e responsável** que coloque o emprego e os rendimentos no coração dos esforços para a recuperação económica. Necessitamos de colocar a Agenda do Trabalho Digno da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no centro das instituições económicas e sociais internacionais – O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) – e de uma carta mundial para uma actividade económica sustentável, baseada nos princípios fundamentais do trabalho, ambiente e desenvolvimento. O movimento sindical, quer a nível nacional quer internacional, está pronto a empenhar-se neste novo modelo de combate à crise e na construção de uma economia mundial mais justa para as gerações vindouras.

II. O Impacto da Crise

Aquilo que começou por ser uma crise creditícia e hipotecária nos Estados Unidos, em meados de 2007, e que rapidamente alastrou para uma desregulação do sistema financeiro, transformou-se agora uma crise económica global, a pior desde a Grande Depressão, com consequências sem precedentes para o mercado de trabalho e para o crescimento económico. Enquanto que a economia mundial se deteriora, as vítimas inocentes da crise, trabalhadores e trabalhadoras esforçados e as suas famílias perdem os empregos e os rendimentos.

Este capítulo do Relatório analisa as causas do insucesso das políticas de mercado livre na criação de um sistema financeiro global que apoie a economia real e o trabalho digno. A recessão, a subida contínua do desemprego e o colapso do comércio mundial deixaram dolorosamente claro aos líderes mundiais que se trata mais do que uma crise “financeira” – é uma crise do emprego, das desigualdades e de uma governança global.

Para que o mundo do trabalho possa recuperar desta crise, as políticas macroeconómicas e os pacotes de medidas de estímulo implementados têm de estar eficazmente ligados ao emprego e às políticas sociais. Análises anteriores a crises financeiras e económicas passadas demonstraram-nos que enquanto que a retoma económica se desenvolve a um ritmo mais rápido, são precisos 3-5 anos para que o mercado de trabalho recupere. Assim, embora o FMI nas suas Previsões Económicas Mundiais de Julho de 2009 aponte para o início da saída da crise, os trabalhadores vão ter de enfrentar um período de dificuldades com perdas de salários e pensões e o aumento do trabalho informal. Por outro lado, o desemprego crescente constitui em si mesmo a maior ameaça à retoma.

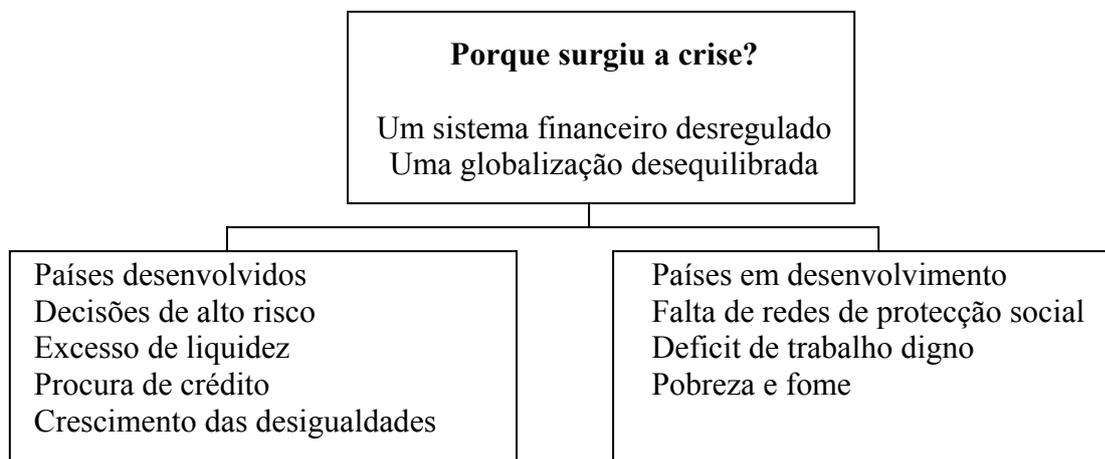
Há muito tempo que os sindicatos criticavam o desequilíbrio existente entre as prioridades atribuídas às instituições económicas e sociais e o domínio crescente dos mercados financeiros desregulados e incontrolláveis em detrimento das necessidades financeiras da economia real, minando a sua capacidade em proporcionar um trabalho digno para todos/as. Agora, que é tarde demais para repetirmos os nossos avisos devemos unir esforços para tirar a economia real de um dos períodos mais negros da sua história.

- O que é que correu mal?

A pergunta que toda a gente coloca a nível mundial é o que terá causado a ruptura dos mercados financeiros e como é que esta conduziu a este desafio épico para os líderes mundiais e para o mundo do trabalho? Não existiram sinais de alerta? E, em caso afirmativo, porque foram ignorados?

As causas principais da crise não residem apenas na ideologia do mercado livre, decisões de riscos e excesso de liquidez e de acções mas também nos crescentes desequilíbrios económicos e sociais, despesas sociais desajustadas, pequena ou inexistente protecção social e um desgaste dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras nestas últimas duas décadas. Mesmo assim, estes factos não são suficientes para explicar como é que a desregulação financeira nos Estados Unidos pôde degenerar, no espaço de 18 meses, numa crise económica mundial. A crise começou nos mercados financeiros – crises no crédito, dívida, derivados e imobiliário – transformando-se numa crise económica geral que agora redundou numa crise do emprego, tendo-se transformado em numerosos países numa crise social e em alguns, também, numa crise política.

Para desbloquear o processo e tentar fazer luz sobre as razões que conduziram a um tão rápido desenvolvimento da recessão, simultaneamente, nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, este Relatório analisa a crise numa perspectiva alargada, crise esta que surge fruto de uma globalização desequilibrada. Acresce que as repercussões sociais da crise e os seus impactos no emprego, nas remessas de dinheiro, na informalidade e nos custos sociais, afectando as pessoas em todo o mundo estão a agravar-se terrivelmente.



► **A prossecução de uma ideologia neo-liberal**

A emergência da crise e a sua complexidade multifacetada tornam difícil apontar uma área precisa onde as coisas poderiam ter sido feitas de forma diferente. Contudo, a crise actual é o resultado de 30 anos de neo-liberalismo que colocou uma fé cega nas forças do mercado livre sendo as intervenções do governo vistas com extrema desconfiança. Praticamente da noite para o dia, o sistema bancário do mundo ocidental desmoronou-se e o colapso das políticas anti-taxas, anti-regulação tornou-se perfeitamente evidente. Procurava-se ganhar a confiança na superioridade de mercados livres e desregulados

mas a seguir à Grande Depressão foram implementadas novas regras e uma nova regulamentação a fim de evitar outro colapso económico. Nos anos 70, surgiu de novo a convicção de que um mercado plenamente eficiente é aquele que se auto-regula em caso de eventuais perturbações, como as “bolhas” dos preços dos activos. No entanto, o “Consenso de Washington” sobre liberalismo comercial, privatizações e desregulamentação, que nos foi dado testemunhar desde as últimas décadas não trouxe prosperidade para todos; pelo contrário, privou o mercado de trabalho de direitos laborais e de protecção, cortou o investimento público na educação, formação e saúde e permitiu a redução dos impostos dos mais ricos.

Vários analistas, comentadores e políticos, como Joseph E. Stiglitz e Kevin Rudd, o Primeiro-Ministro australiano, apontaram uma decisão crucial como podendo ser considerada uma das causas de raiz da crise, nomeadamente, a rejeição, em 1992, do “Glass-Seagall Act”. Esta lei tinha sido promulgada pelo Presidente Roosevelt, no rescaldo da Grande Depressão a fim de evitar que os bancos comerciais tomassem parte em processos especulativos de alto risco, concentrando-se exclusivamente nas operações bancárias “tradicionais”, como por exemplo: o tratamento dos depósitos e o regime de empréstimos. Contudo, uma pressão de 300 milhões de US\$ exercida pela indústria de serviços bancários pôs fim a uma separação de longa data entre bancos comerciais e bancos de investimento. Abriu-se então uma janela de oportunidades que permite uma especulação em larga escala.

A liberalização financeira conjuntamente com as baixas taxas de juro nos EUA colocou na ribalta alguns dos maiores agentes do capitalismo casino: instituições financeiras desreguladas, como os fundos de capitais privados (fundos de reserva e acções), corretores hipotecários motivados por uma sede de lucro que os levou a tomar riscos injustificáveis, tudo isto no contexto de uma economia financeira desenvolvida na sombra. E paralelamente a uma nova classe de prestamistas com um fraco percurso bancário, mercados imobiliário e creditício fortemente endividados colocaram uma enorme pressão no sistema bancário. No plano internacional, a crise do crédito hipotecário arrastou a queda dos mercados de produtos derivados que se tinham desenvolvido ao longo da última década fruto da ausência de um controlo regulamentador por parte dos poderes públicos.

A CSI e o Comité Consultivo Sindical junto da OCDE (TUAC) alertaram na Declaração enviada à Cimeira do G8, em Heiligendamm em Junho de 2007, para os riscos sistémicos exacerbados pela opacidade com a qual estes investidores altamente influentes estavam a operar pondo em causa a estabilidade do mercado financeiro. O sistema internacional de supervisão e regulação dos riscos bancários, conhecido como as Directivas “Basileia II”, não estavam a funcionar devidamente porquanto os investidores encontraram formas de tornear as regras e, assim, os sindicatos apelaram para um novo acordo “Basileia III” que incluísse o sector não bancário. Em 2003, as Federações Sindicais Mundiais já tinham prevenido quanto à urgência de se implementar uma mais eficaz regulação dos mercados financeiros internacionais dado o actual contexto de declínio do mercado bolsista e a instabilidade das taxas de câmbios. Desde há anos que o movimento sindical internacional vinha dando o alerta relativamente ao risco de uma crise do capitalismo baseado na hegemonia financeira que negligencia conceder crédito às actividades produtivas e se empenha na especulação não produtiva. Enquanto que esta crise foi precipitada pela ganância e a incompetência do sector financeiro, as suas raízes encontram-se nas políticas de privatização que

aumentaram as desigualdades e favoreceram a desregulação do mercado de trabalho durante as últimas décadas.

► Crescentes desigualdades nos rendimentos

Segundo o Relatório Mundial para o Emprego da OIT, o período de crescimento económico que vai desde os anos 90 até 2007 não beneficiou todos da mesma maneira no que diz respeito aos ganhos a nível do emprego. De facto, o crescimento foi acompanhado por uma redistribuição dos rendimentos penalizadora para os trabalhadores/as e em 51 dos 73 países analisados a parte dos salários no total dos rendimentos tem vindo a decair nas duas últimas décadas. No mesmo período, os rendimentos das famílias ricas aumentaram em relação aos das famílias pobres. Em 10% dos casos, o fosso salarial entre o topo e a base aumentou em 70% dos países analisados pela OIT. Por outras palavras, mesmo antes da crise já as desigualdades a nível dos rendimentos tinham crescido não só entre países mas também dentro dos próprios países. Este fosso entre os rendimentos constituiu um factor da maior importância para a queda da economia, contribuindo para a extensão do seu impacto.

O impacto da globalização no emprego, mercados de trabalho e salários, constitui o factor determinante para o aumento das desigualdades, estando na origem das reduções de efectivos e da deslocalização de indústrias, ocasionando o crescimento dos processos de “lay-off” e a saída involuntária de empregos permanentes. Acresce que o processo de globalização financeira concomitantemente com os fluxos de capital e a desregulação têm a sua quota-parte de responsabilidade nas desigualdades, não só a nível global, mas também entre a remuneração dos gestores executivos e directores e o trabalhador médio. A título de exemplo, nos Estados Unidos:

- As remunerações de cada um dos 50 gestores de topo das instituições financeiras de fundos de capitais privados (fundos de reserva e acções) atingiram 588 milhões de US\$, em média (19.000 vezes o salário de um trabalhador normal).
- Em 2007, as cinco maiores firmas de Wall Street pagaram bónus de 39 milhões de US\$ (os mesmos bancos que mais tarde foram beneficiados por um plano de empréstimo).
- A média dos quadros executivos das 15 maiores empresas americanas ganhou mais de 500 vezes o salário de um trabalhador médio.
- Entre 2003 e 2007, a remuneração dos quadros executivos cresceu em termos reais mais de 45 % em comparação com os menos de 3 % para a média dos trabalhadores americanos.
- Os administradores de empresa em Hong Kong e na África do Sul auferem uma remuneração entre 160 a 104 vezes maior do que o salário recebido por um trabalhador médio.

Fonte: ILLS (2008) e Rudd (2009)

Mesmo antes da crise dos preços dos produtos alimentares de 2007/2008 e da crise financeira actual, o Banco Mundial sublinhava que em 46 países em desenvolvimento dos 59 observados, as desigualdades tinham aumentado já ao longo da década anterior. A deterioração da situação económica a somar à crise do sistema mundial alimentar, irá exacerbar as desigualdades já existentes. Em vez de um crescimento económico regular baseado no investimento, na produtividade e na prosperidade crescente dos trabalhadores, assistimos a uma série de bolhas especulativas que aumentaram a riqueza de alguns mas cujas consequências são agora pagas por muitos.

► Erosão dos direitos dos trabalhadores

Nestes últimos 25 anos, na maior parte das economias, a “flexibilização” dos mercados de trabalho aumentou o risco de deflação salarial, enfraqueceu a protecção dos trabalhadores e das trabalhadoras e agravou a precariedade no emprego. No nosso mundo globalizado, a competição nos investimentos e no lucro cresceu assustadoramente, na maioria das vezes baseada nos baixos custos comparativos do trabalho e à custa das normas laborais fundamentais. Esta estratégia apelidada de “corrida para o abismo” continuou, progressivamente, a minar os direitos dos trabalhadores/as e a competitividade e, presentemente, o movimento sindical receia que a crise económica global venha a enfraquecer ainda mais a legislação do trabalho, a liberdade de associação, o direito ao diálogo social e à negociação colectiva, o que representaria um evidente retrocesso na luta por um trabalho digno para todos e na eliminação da pobreza. Um outro aspecto preocupante diz respeito aos trabalhadores e trabalhadoras sazonais, temporários e subcontratados, muitos dos quais emigrantes, que são dos mais vulneráveis ao desemprego e que muitas vezes não reúnem os requisitos necessários para a atribuição de uma indemnização ou para serem abrangidos pelo subsídio de desemprego, em caso de despedimento. Pior, a OIT revela que existe um número crescente de práticas pouco éticas, fraudulentas e criminosas que conduz as pessoas a verdadeiras situações de trabalhos forçados, sendo que os impactos negativos da crise económica e do emprego bloqueiam os esforços para a sua eliminação.

A desregulação financeira desviou os recursos económicos do reforço do investimento produtivo na economia real e nas pessoas e isto reflecte-se, de algum modo, no desequilíbrio da força negocial entre trabalhadores e empregadores. Acresce que, a governança relativamente fraca do mercado de trabalho em muitos países em desenvolvimento – com uma baixa cobertura ao nível da contratação colectiva – é susceptível de limitar ainda mais a possibilidade de se alcançarem soluções negociadas que sejam favoráveis os trabalhadores e respectivos salários, durante estes tempos de crise. No entanto, a crise e as medidas necessárias ao seu combate não devem e não podem, de forma alguma, servirem de desculpa a uma maior erosão dos princípios e direitos fundamentais do trabalho.

Impacto da crise económica nas mulheres

Um relatório da CSI revelou que o fosso salarial mundial entre homens e mulheres poderá ser muito mais alto do que aquele que os números oficiais dos governos apresentam. Este Relatório intitulado “(Des)igualdade de Género no Mercado de Trabalho” baseia-se nos resultados de um trabalho de investigação que abrangeu 300.000 mulheres e homens em 20 países. Segundo este estudo, o fosso salarial situa-se nos 22% e não nos 16.5% apresentados pelos números oficiais dos governos.

O Relatório analisa igualmente o impacto da recessão económica no acesso das mulheres ao emprego e aos rendimentos. As recessões anteriores tiveram um efeito particularmente negativo nas mulheres dos países em desenvolvimentos que trabalham nas indústrias exportadoras e na agricultura. Qualquer corte governamental nos custos da saúde, protecção social e educação também atinge as mulheres com particular dureza. O Relatório sublinha a necessidade de prestar uma atenção especial aos impactos dos resultados das políticas de género no contexto da acção dos governos de combate à actual crise.

“O facto da tendência mundial para um emprego estável ter sido substituída por contratos de trabalho a termo e temporários teve uma incidência especial nas mulheres, sendo que estes empregos precários são também os primeiros a serem suprimidos uma vez que os empregadores estão a reduzir efectivos neste período de recessão global. Milhões e milhões de mulheres que trabalham no serviço doméstico bem como as mulheres migrantes enfrentam a ameaça de desemprego ou mesmo já perderam o emprego, originando que por todo o mundo os já tão castigados casais continuem a ser fortemente atingidos”, disse Guy Ryder, Secretário Geral da CSI.

● Quais as repercussões sociais da crise?

► **Abrandamento económico**

A crise veio suspender um período de crescimento económico com início em meados dos anos 90, enquanto que as economias dos países desenvolvidos já começavam a sentir os efeitos de um crescimento negativo. Depois de um retrocesso de 1.4% em 2009, as últimas previsões do FMI (Fundo Monetário Internacional) apontam para um aumento da actividade económica global da ordem dos 2,5% em 2010. Os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento registaram um crescimento de 8.3% em 2007, mas em 2009 o crescimento económico caiu para 1.5%. A China e a Índia, duas das economias com um mais rápido crescimento mundial seguiram o mesmo caminho, registando um abrandamento que passou, respectivamente, de 13.00% e 9.4%, em 2007, para 7.5% e 5.4%, em 2009. Entre as mais importantes economias nacionais em termos de P.I.B. (Produto Interno Bruto), o México registou a queda mais acentuada – 7.3% em 2009 –, facto explicado em parte pelo abrandamento do comércio mundial. Os países de baixos rendimentos enfrentam numerosos desafios, porque é provável que a ajuda oficial diminua e estas economias são particularmente vulneráveis às oscilações nos preços das matérias-primas como a crise alimentar tem demonstrado. O investimento directo estrangeiro (IDE) tem contribuído, significativamente, para o crescimento de muitas economias asiáticas e africanas, mas globalmente, as estimativas mais prudentes prevêm em 2009 uma tendente diminuição do IDE de mais de 30 %

nos países em desenvolvimento. Dado que é suposto que também em 2009 a actividade global diminua substancialmente, é inevitável que a taxa de desemprego continue a aumentar.

► Aumento do desemprego

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que muito possivelmente o desemprego mundial irá aumentar em 2009 - 59 milhões de desempregados - em relação a 2007 e que o número total de desempregados possa chegar a 239 milhões em todo o mundo, o equivalente a uma taxa de desemprego global de 7,4 %. A OIT fez uma análise dos dados desde 1991, possível ponto de partida para uma economia global mais integrada, e é óbvio que o ano de 2009 será o ano do pior desempenho global jamais registado em termos de criação de emprego.

Quando o encerramento de fábricas na Ásia ocorre devido à diminuição da procura no mundo ocidental, o retorno de milhões de trabalhadoras e de trabalhadores para as suas zonas rurais de origem afecta os meios de subsistências das respectivas famílias, mas conduz igualmente a um declínio acentuado do PIB nos países receptores das remessas de dinheiro. Nos primeiros tempos da crise financeira, acreditava-se que o impacto sobre África seria mínimo, devido à sua fraca integração na economia mundial. No entanto, "num mundo globalizado, os problemas numa parte do sistema rapidamente se repercutirão em outros lugares". A crise está a reverter os ganhos do desempenho económico, comprometendo as expectativas das pessoas em ultrapassarem as situações de pobreza pelo trabalho digno e é provável que os avanços para se atingirem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) sejam consideravelmente afectados.

A taxa de desemprego, o mundo e regiões (%)

Total	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Mundo	6.4	6.2	6.3	6.4	6.5	6.5	6.3	6.0	5.7	5.9	7.4
Economias Desenvolvidas e a União Europeia	6.9	6.6	6.7	7.3	7.3	7.1	6.8	6.3	5.7	6.1	9.0
Centro e Sul da Europa Ocidental (não-U.E) e CEI	12.7	10.8	10.3	10.1	10.1	9.9	9.4	9.1	8.4	9.0	12.1
Ásia Oriental	4.7	4.5	4.5	4.4	4.3	4.2	4.2	4.0	3.9	4.3	5.8
Sudeste Asiático e Pacífico	5.1	5.0	5.8	6.0	6.2	6.4	6.4	6.0	5.4	5.4	6.2
Sul da Ásia	4.4	4.6	4.6	4.6	4.7	5.3	5.3	5.2	5.0	5.0	5.6
América Latina e Caribe	8.7	8.6	8.9	9.1	9.1	8.5	8.1	7.4	7.1	7.2	8.4
Médio Oriente	10.0	9.5	10.9	10.8	12.1	9.2	9.8	10.1	9.5	9.0	11.0
Norte de África	13.3	14.1	13.6	13.4	13.1	12.3	11.5	10.5	10.6	10.0	11.1
África Subsariana	7.9	7.9	8.1	8.1	8.2	7.9	7.9	7.8	7.7	7.6	8.2

Principais conclusões da OIT:

. Nas economias desenvolvidas, incluindo a UE, prevê-se que o emprego total diminua este ano entre 1,3 % e 2,7 %. A região representará possivelmente 35 a 40 % do aumento total do desemprego mundial apesar de representar apenas menos de 16 % da força global de trabalho.

. Na Europa de Leste, Central e do Sul (não UE) e da CEI, o número de desempregados poderá aumentar, em 2009, até 35 %. Prevê-se que a taxa total de emprego diminua entre 1 e 2,8 %.

. No Leste Asiático, estima-se que 267 milhões de pessoas, representando mais de um terço do total de empregados viviam com menos de US\$ 2 por dia no início da crise, sendo que havia cerca de 12 vezes mais de pessoas com empregos precários do que desempregados.

. No Sudeste Asiático e no Pacífico, prevê-se um ligeiro aumento no desemprego para esta região dado que tanto os trabalhadores como as empresas de indústrias de exportação estão a ser duramente atingidos.

. No Sul da Ásia, aproximadamente 5 % da força de trabalho está sem emprego, mas quase 15 vezes mais de trabalhadores são empregados mas em empregos vulneráveis ou precários. Estima-se que, entre 2007 e 2009, o número de trabalhadores que vive com menos de US\$ 2 por dia aumente até 58 milhões.

. Na América Latina, a taxa de desemprego deverá aumentar de 7,1 % em 2007 para um valor entre 8,4 e 9,2 % em 2009.

. A OIT prevê um aumento da taxa de desemprego até 25 % no Médio Oriente e até 13 % no Norte de África em 2009, em comparação com 2007. O emprego precário também é previsto aumentar em ambas as regiões. Cerca de um em cada três trabalhadores destas duas regiões tem um emprego precário e essa proporção pode subir para algo como 4 em 10.

. Na África Subsariana, uma estimativa aponta para que 73 % dos trabalhadores da região têm um emprego precário, e esta percentagem pode atingir mais de 77 % em 2009. A crise e a redução provável da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) constituem uma séria ameaça ao investimento em infra-estruturas e bens de equipamento que são cruciais para o desenvolvimento contínuo da região.

. Mais de 200 milhões de trabalhadores poderão ser empurrados para situações de pobreza extrema, sobretudo em países em desenvolvimento e países emergentes onde existem poucas ou mesmo nenhuma rede de protecção social tendo como consequência que o número de trabalhadores pobres pode subir para 1,4 mil milhões.

Fonte: http://www.ilo.org/global/about_the_ILO/Media_and_public_information/Press_Releases/lang—en/WCMS_106525/index.htm

No sector do têxtil, vestuário e calçado mais de onze milhões de empregos foram perdidos nos últimos nove meses e mais três milhões estão em risco, de acordo com a Federação Internacional dos Trabalhadores do Têxtil, Vestuário e Couro (ITGLWF), que representa trabalhadores nestes sectores.

Na China, as perdas de emprego em consequência do encerramento de fábricas em larga escala, não só por causa da crise mas também devido às reestruturações industriais, já anteriores a esta visando a obtenção de lucros mais elevados para a produção, obrigaram mais de 20 milhões de trabalhadores a regressarem à terra natal em busca de emprego rural. Durante os dois últimos meses de 2008, os despedimentos na Indonésia ultrapassaram 40.000 trabalhadores, principalmente nos sectores da electrónica e da produção. Os postos de trabalho neste último sector diminuíram cerca de 120.000 nas Filipinas e de 20.000 em Singapura.

Por fim, o desemprego de longa duração pode sair mais dispendioso para o conjunto da sociedade do que o choque inicial da crise financeira porque alguns trabalhadores necessitarão de uma requalificação a fim de poderem voltar ao mercado de trabalho; outros podem mesmo nunca regressar por causa do desespero ou por não conseguirem encontrar trabalho e aqueles que logo a seguir à perda de emprego foram abrangidos pelo subsídio de desemprego podem, após um determinado período de tempo e em virtude das regras do sistema social vigente, deixar de o receber. Após a retoma da actividade económica, o mercado de trabalho leva, em média, entre três a cinco anos para recuperar o seu nível normal. Ao mesmo tempo, as empresas, especialmente as pequenas e médias empresas ficam sujeitas a pressões económicas, causando um aumento de falências que conduzirá inevitavelmente a uma escassez de novas oportunidades de emprego. E, de acordo com o Instituto Internacional de Estudos do Trabalho (IILS), mais de 300 milhões de novos empregos teriam que ser criados nos próximos cinco anos em todo o mundo para se manter o mesmo nível de emprego de antes da crise.

► Diminuição do poder de compra – a erosão das poupanças privadas

Milhões de pessoas viram as suas pensões, poupanças, casas e empregos desaparecer de repente. O efeito imediato de um despedimento traduz-se numa redução do rendimento real com impacto na cobertura da saúde e da segurança social dos trabalhadores e suas famílias, colocando uma pressão económica adicional nos orçamentos públicos. Como as ondulações na água, os efeitos da crise do mundo financeiro propagam-se rapidamente ao mundo do trabalho e a outros sectores onde, frequentemente, são os trabalhadores menos qualificados os mais afectados pelos despedimentos. Estes trabalhadores têm, geralmente, grandes dificuldades em encontrar um novo emprego e o choque social e económico do desemprego é, muitas vezes, mais duramente sentido em famílias de médio ou baixo rendimento.

A queda acentuada na procura e o facto dos consumidores estarem a gastar menos por causa da crise afecta a indústria exportadora e a necessidade de mão-de-obra, especialmente na Ásia, Américas e Europa. Em Fevereiro de 2009, as exportações da China caíram aproximadamente 26 % em relação ao ano anterior, enquanto que na Indonésia as exportações diminuíram cerca de 33 %. E, numa tentativa de minimizar perdas financeiras, muitas empresas, fábricas e companhias têm procurado diferentes

soluções, algumas delas que passam pela a redução do tempo de trabalho dos trabalhadores ou pedindo aos trabalhadores para tirarem uma licença sem vencimento.

De acordo com o Escritório Regional da OIT para a região da Ásia-Pacífico, entre 2001 e 2007, um período de grande crescimento económico, a média anual dos salários reais em zonas da região cresceu a uma taxa de 1,8 %, muito abaixo da média anual de crescimento da produtividade do trabalho ao longo do mesmo período. Nos últimos anos, mesmo sem crise, a parte dos salários no rendimento nacional estava a diminuir em muitos países. O abrandamento económico está a colocar uma pressão adicional nos salários dos trabalhadores e, assim, os salários arriscam-se a permanecer estagnados ou até mesmo a caírem nos próximos meses. Trata-se de um desenvolvimento preocupante porque a manutenção do poder de compra das pessoas e a procura dos consumidores, estabilizando os salários a um nível adequado, é fundamental para a recuperação da crise. No entanto, a um nível global, muitos trabalhadores já concordaram com um aumento modesto ou mesmo com nenhum aumento salarial a fim de salvarem as empresas e os empregos e a tendência para aplicar um congelamento geral dos salários na economia global só agravará a recessão.

Muitos dos trabalhadores/as que toda a sua vida trabalharam duramente e pouparam para a reforma, tornaram-se espectadores passivos de uma deterioração das suas poupanças de reforma em resultado da crise financeira e dos seus instrumentos de risco para gerar lucros rápidos. Muitos regimes de pensões e fundos estão ligados ao desempenho das bolsas de valores que, por sua vez, caíram a pique desde 2008, com repercussões fortemente negativas nas poupanças de reforma dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nos Estados Unidos, o valor dos planos de reforma diminuiu cerca de 15 % em 2008 ou segundo a Reserva Federal, 1 trilião de US\$ foi perdido do segundo trimestre de 2007 ao segundo trimestre de 2008. Devido a esse desgaste massivo nas pensões, confrontamo-nos com graves implicações para a segurança e estabilidade financeira dos trabalhadores à beira da reforma. É vital que a segurança das reformas e o direito a uma pensão digna, adequada e previsível sejam colocados no centro dos planos de recuperação económica porque a crise global expôs os perigos dos desprotegidos regimes privados de pensões, em que a maioria dos riscos senão todos, são suportados pelos trabalhadores.

As mulheres são as mais atingidas pela crise, vendo o seu já mal pago trabalho desaparecer, em consequência da desaceleração económica, deixando-as suportar a carga das actividades de cuidados domésticos sem qualquer rendimento de compensação proveniente da protecção social. As mulheres constituem, muitas vezes, o grosso da mão-de-obra nas indústrias que têm sido negativamente afectadas pela quebra da procura; os sectores de serviços e de manufactura e exportação de vestuário empregam actualmente cerca de 60-80 % de mulheres trabalhadoras e o Mundo Banco Mundial estima que o número de trabalhadores nestes sectores diminuirá substancialmente nos próximos meses. As mulheres nestas indústrias são muitas vezes contratadas para empregos temporários, pouco qualificados e com baixos salários, usufruindo de poucos direitos e que agora se situam na zona de risco por causa da crise.

► **Informalidade crescente**

A qualidade dos empregos e de vida está a piorar devido à crise. Em alguns países em desenvolvimento, até 60% da força de trabalho desenvolve a sua actividade laboral de

forma informal – sem contratos escritos ou segurança social. Na Índia, por exemplo, a taxa oficial de desemprego foi de 4.7% em 2005, sendo que 83% dos trabalhadores não agrícolas são informais: com emprego, mas sem direito à protecção social, subsídio de desemprego ou pensão de reforma ou mesmo à saúde e segurança das suas condições de trabalho. Qualquer progresso que se tenha conseguido na redução da informalidade é ameaçado pela crise, dado que se estão a perder milhões de empregos no sector formal.

É provável que a actual crise da economia mundial conduza a um aumento do emprego rural, mais vulnerável e informal, devido às perdas de emprego no sector formal, do que resultará a deterioração das condições de trabalho e salários mais baixos para os mais pobres. Este facto é especialmente preocupante para as pessoas oriundas das economias emergentes e em desenvolvimento, retirando a esperança a milhões de trabalhadores e trabalhadoras de passarem para a economia formal. Em vez disso, a actual taxa de trabalhadores em empregos precários e em perigo irá aumentar. Os trabalhadores e trabalhadoras que continuam empregados ver-se-ão confrontados com a deterioração das condições de trabalho. Em certas regiões da Ásia e da América Latina, as mulheres trabalhadoras terão, provavelmente, de trabalhar sem licenças pagas ou segurança social, sendo que esta tendência deverá ser agravada pela crise económica global.

As medidas de protecção social para minimização do choque e dos prejuízos da perda de rendimentos devido ao desemprego são escassas em muitos países do mundo em desenvolvimento e são certamente inexistentes para a maioria dos homens e mulheres com desempregos precários, informais, de baixos salários e sem protecção. 80% da população mundial não tem qualquer rede de protecção social que os possa apoiar em caso de perda de remuneração pela situação de desemprego e esses trabalhadores e trabalhadoras poderão ter de aceitar qualquer tipo de emprego mesmo perigoso, mal pago ou com um contrato de curto prazo.

► Diminuição das despesas sociais

Muitos governos têm consciência da possível gravidade do impacto que um corte nos serviços públicos ou nas despesas sociais terá na maioria dos grupos mais vulneráveis da população, na sua maioria mulheres e crianças; à medida que as receitas diminuem e os déficits aumentam serão afectadas as redes de protecção social, os benefícios monetários, a educação das crianças e muitas faixas vulneráveis da população. De acordo com a OIT, a educação e a formação poderão também ser afectadas, em especial nos países em desenvolvimento, já que as crianças estão a sair precocemente da escola para contribuírem para o rendimento do agregado familiar ou porque as famílias deixaram de poder suportar as despesas com a educação, devido às restrições do crédito.

As importantes lições que retirámos de crises passadas ensinaram-nos que os cortes nas despesas com o desenvolvimento social podem ter efeitos a longo prazo em agregados familiares de baixos ou médios rendimentos, em trabalhadores/as, nos doentes e nos mais idosos. A crise da Ásia Oriental de 1997-1998 levou a que os salários médios na Indonésia baixassem cerca de 20-30% e a que as famílias diminuíssem os seus gastos em saúde e educação. Durante a recessão, nos anos 90, tanto na Argentina como no México as despesas sociais analisadas sofreram um decréscimo e o Banco Mundial constata que é comum os governos reduzirem as despesas sociais sempre que se

confrontam com um crescimento reduzido ou negativo do PIB e com choques macroeconómicos.

Os dados mais recentes do Relatório AidWatch indicam que desde Dezembro de 2008 quatro governos europeus já reduziram as suas contribuições para a Ajuda: Estónia, Irlanda, Itália e Letónia. De acordo com as previsões oficiais da Comissão Europeia, os 15 Estados Membros mais antigos (UE-15) não deverão atingir até 2012 a meta colectiva de 0.56% do Produto Nacional Bruto (PNB) para a Ajuda ao desenvolvimento, prevista para 2010, ou seja apenas 2 anos depois. Os 12 novos Estados-Membros (UE-12) encontram-se também em atraso e não se espera que atinjam a sua meta comum de 0.17%, atempadamente.

As consequências da recessão económica e da desaceleração das trocas comerciais reflectir-se-ão num decréscimo das receitas fiscais, em todo o mundo. Para aqueles países que dependem fortemente da ajuda, das remessas monetárias e das exportações, o choque de curto prazo e o pesado fardo financeiro de taxas de juro mais elevadas e da desvalorização cambial poderiam conduzir a uma redução dos gastos em programas de assistência social, esquemas de pensões, escolas e transferências de créditos. No entanto, a longo prazo, sairá mais caro não investir na protecção social do que recorrer a cortes em virtude das preocupações financeiras de curto prazo.

► Redução das remessas

Ao contrário de anteriores crises financeiras, a interligação da actual crise com o grave impacto no mercado de trabalho e no crescimento económico – incluindo no mundo em desenvolvimento – torna altamente improvável um fluxo contínuo de remessas que ajude a estabilizar os países recebedores. De facto, os fluxos de remessas de trabalhadores migrantes começaram a diminuir em todo o lado; a nível global, sofrerão uma diminuição de mais de 7%. No entanto, os montantes que os trabalhadores migrantes enviam às suas famílias revelam-se cruciais para o desenvolvimento, constituindo mais de três vezes do volume da ajuda – 328 biliões US\$ ou cerca de 2% do PIB dos países em desenvolvimento, de acordo com o Banco Mundial. Os salários das mulheres representam uma das mais importantes fontes de rendimento para as famílias que dependem destas remessas para o seu sustento, embora as mulheres migrantes constituam, frequentemente, um alvo fácil para os empregadores que as exploram com o intuito de se esquivarem ao cumprimento dos direitos laborais obrigatórios.

Prevê-se que as remessas destinadas à América Latina desçam cerca de 2%, o primeiro declínio desde 2000. Na Ásia, constata-se uma tendência semelhante com uma diminuição provável das remessas, em especial nas Filipinas e no Bangladesh, uma vez que no Médio Oriente os trabalhadores migrantes estão a ser alvo de despedimentos e, conseqüentemente, ver-se-ão obrigados a regressar aos seus países de origem.

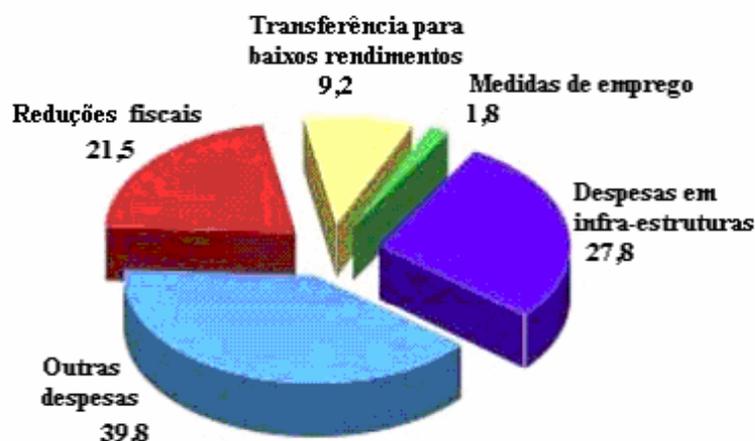
● Estarão os governos a cumprir as suas promessas?

À medida que a crise financeira se agravou, os governos intervieram no sentido de apoiar os seus sistemas financeiros e mesmo as suas economias em geral. Os planos de estímulo fiscal e de despesas levados a cabo por mais de 40 países a nível mundial

podem ser divididos em três categorias: 1) medidas de auxílio financeiro, como sejam as garantias para depósitos privados ou empréstimos bancários, injeções de capital e a compra de produtos “tóxicos”; 2) medidas de auxílio monetário, como por exemplo: as reduções das taxas de juro e 3) medidas de auxílio fiscal, tais como a redução de impostos a empresas e a consumidores e o aumento da despesa com produtos e serviços públicos.

Mas que percentagem dos planos de estímulos fiscal e económico é destinada aos investimentos em despesas públicas e em infra-estruturas, por exemplo, para a criação de empregos e para o estímulo de uma maior produtividade? Se os governos têm a intenção de restabelecer a confiança, o crescimento e os empregos, de acordo com o que foi afirmado no Comunicado do G20 em Londres, que lugar ocupa o emprego no âmbito das diferentes medidas de estímulo fiscal e a nível global e em que medida estão os governos a concretizar as medidas que se propuseram levar a cabo? O Instituto Internacional de Estudos do Trabalho (IILS) analisou as medidas de auxílio fiscal em 10 economias avançadas e em 12 economias em desenvolvimento e emergentes e ao examinar o panorama global das despesas, encontrou um enfoque extremamente pobre sobre medidas de emprego e transferências sociais.

Composição das despesas:



Fonte: Dados da IILS, mostrando a composição das despesas (em % do total do pacote) com base em 22 países.

O aspecto positivo da situação é o facto de 16 dos 22 países gastarem uma parte dos seus pacotes de estímulo económico em infra-estruturas e em projectos de obras públicas que deveriam contribuir para a criação de emprego. Estas iniciativas foram até ao presente três vezes mais elevadas nas economias emergentes e em desenvolvimento analisadas (46,5%) em comparação com as economias avançadas (14,9%). Incluem incentivos ao consumo em países como a China, a Alemanha, o Japão, Portugal, Arábia Saudita e os Estados Unidos em áreas como a construção, a reparação de estradas, pontes, caminhos-de-ferro e infra-estruturas rurais, bem como projectos de alto rendimento energético. No entanto, medidas ligadas ao emprego como programas de

formação, subsídios e prestações no desemprego e criação de emprego, representam somente 3% do total da despesa entre as economias avançadas, enquanto que as economias emergentes e em desenvolvimento gastam apenas 0,2% do total dos seus pacotes fiscais naquele tipo de iniciativas do mercado de trabalho.

Para além disso, estes pacotes de incentivos foram acordados no final de 2008, início de 2009, mas desde então a economia mundial piorou consideravelmente, sendo possível que a despesa se revele insuficiente para fazer frente à crescente recessão. Enquanto que o FMI recomendou um incentivo global de 2% do produto mundial, actualmente, este incentivo ascende apenas a 1,4%, a nível global. Acresce que, não é claro que fatia corresponde à despesa nova ou à antiga nem quais os limites temporais para a sua implementação. Por fim, as medidas para a recuperação financeira são substancialmente mais elevadas do que as para a recuperação fiscal: o Reino Unido atribuiu 28,6% do PIB a medidas de apoio financeiro e apenas 1,3% às de apoio fiscal; da mesma forma, a Alemanha direccionou 19,8% para o primeiro caso e 2,8% para o segundo.

A CSI está preocupada com a possibilidade dos compromissos assumidos relativamente ao emprego e à segurança social não serem concretizados, já que os governos poderão não disponibilizar os recursos necessários para a devida implementação. A Cimeira do G8, recentemente realizada em Julho de 2009, não atribuiu um financiamento adicional para combater as crescentes taxas de desemprego – em especial porque estes indicadores não conseguem captar com exactidão a realidade quanto ao número de trabalhadores que mantiveram os seus empregos à custa da redução do horário de trabalho ou de licenças sem vencimento ou de alterações na qualidade do emprego ou nos níveis de sub-emprego.

Por outro lado, o Pacto Global para o Emprego da OIT, acordado por governos, sindicatos e empregadores em Junho de 2009, deveria ter sido colocado no centro das decisões políticas globais de forma a fazer uma ruptura completa com as falhadas políticas neo-liberais e assegurar que os governos e os empregadores lutem pela manutenção e criação de emprego e que evitem espirais salariais deflacionistas e o agravamento das condições de trabalho. O Pacto da OIT sublinha a importância dos esquemas públicos de criação de emprego, tais como o desenvolvimento de infra-estruturas, bem como o apoio aos desempregados, a formação e a aquisição de competências. Mas a tarefa mais importante continua por levar a cabo – passar da palavra aos actos.

O desemprego crescente com que o mundo se confronta não deixa muita esperança para uma recuperação do mercado de trabalho no futuro mais próximo. De forma a impulsionar a economia, os líderes e governos mundiais terão de resolver a crise do emprego porque, caso contrário, o ponto fulcral da nossa economia – os trabalhadores – continuarão a ser os que pagam o preço mais alto. O próximo capítulo pretende demonstrar como os sindicatos estão a superar este desafio e a exigir serem ouvidos.

Conselho das Federações Sindicais Mundiais (G.U.) Trabalhar no sentido da retoma

Uma publicação do Conselho das Federações Sindicais Mundiais (Global Unions), datada de Maio de 2009, aponta estratégias sindicais alternativas para a economia global focadas na reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e num plano de recuperação baseado em valores humanitários. Estas Federações argumentam que a crise económica requer um novo olhar que permita perceber o que move, actualmente, a economia e a política mundiais e sublinham o impacto devastador da desregulação financeira no emprego.

O relatório estabelece várias áreas de cooperação para estas Federações, em que o movimento sindical internacional, neste período de crise, congrega as suas forças político-laborais em áreas como o controlo democrático da economia, o compromisso com a qualidade dos serviços públicos e da educação, a travagem do aumento das desigualdades salariais na economia global e a necessidade vital de se redesenhar a arquitectura financeira.

Posto de uma forma simples, os artigos da publicação “Recuperar o mundo para o EMPREGO – As Estratégias das Federações Sindicais Mundiais para a Retoma enfatizam a exigência do mundo laboral de uma mudança de rumo que ponha cobro à ganância, aos interesses próprios e às desigualdades do passado, insistindo que, para variar, os governos coloquem as pessoas em primeiro lugar.

III. Os Sindicatos e a Crise Mundial

O Capítulo I evidenciou o impacto sem precedentes da crise económica mundial, sobretudo, sem precedentes para a subsistência da actual geração de trabalhadores e respectivas famílias e com o pior nível de desemprego desde a Grande Depressão nos anos 30. Os trabalhadores de todo o mundo, das Américas à Ásia, da Bulgária a Burquina-faso e do Canadá à Colômbia confrontam-se, neste momento, com a existência de condições de trabalho precárias, pressões salariais, desemprego massivo e com a falta generalizada de protecção social. O mundo inteiro está a pagar por uma crise provocada pela ganância, pela especulação imprudente e pelas políticas neo-liberais.

O próximo capítulo serve como testemunho da determinação das organizações sindicais na luta contra a crise e no estabelecimento de uma nova ordem mundial mais justa. E se os sindicatos estão a levar a cabo manifestações, a estudar novas propostas para ultrapassar a crise ou a utilizar a pressão política, uma coisa é clara – não podemos voltar aos “status quo”. Quando a crise acabar, o mundo terá de estar muito diferente, tanto a nível financeiro como a nível do mercado de trabalho. Este capítulo reporta-se às mensagens e acções das organizações sindicais de todo o mundo para se alcançar essa nova ordem mundial.

A CSI: Dia de Acção

Numa tentativa planetária para acabar com a recessão da economia mundial e para desenhar um novo caminho para a criação de emprego, a regulação financeira e a governança global, a CSI apelou aos sindicatos, não apenas oriundos dos países do G20 mas de todo o mundo, para acordarem num conjunto de exigências dirigidas aos líderes e governos mundiais, a 23 de Março de 2009. O plano de 5 pontos denominado “Declaração de Londres” estabelece um pacote abrangente de acções com o qual a Cimeira dos G20 deveria concordar de molde a combater a crise e a construir uma economia mundial mais justa e sustentável para o futuro, incluindo:

- 1) Uma recuperação internacional coordenada e um plano de crescimento sustentável para a criação de empregos, assegurando o investimento público;
- 2) A nacionalização dos bancos insolventes e novas regulações financeiras;
- 3) Medidas de combate ao risco de deflação salarial e a inversão de décadas de crescente desigualdade;
- 4) Uma acção de longo alcance em matéria de alterações climáticas;
- 5) Um novo quadro legal internacional para a regulação da economia global, a par da reforma das instituições financeiras e económicas globais (FMI, Banco Mundial, OCDE, OMC).

Num vasto número de países, incluindo a Albânia, a Argentina, a Bélgica, a Bulgária, o Canadá, a República Checa, o Japão, o Mali, Marrocos, a Polónia, a África do Sul, a Espanha e a Suécia, as Centrais Sindicais Nacionais entregaram aos respectivos Governos a “Declaração de Londres”. As medidas preconizadas foram também discutidas numa reunião especial da CSI e da CES com o Presidente da Comissão Europeia – José Manuel Barroso –, em Bruxelas.

“Parece existir vontade quanto à regulação efectiva dos mercados financeiros e da banca bem como quanto ao combate dos efeitos nocivos dos paraísos fiscais nas receitas públicas e uma acção determinada no que respeita às alterações climáticas, contudo ainda não foi alcançado o estímulo económico necessário. Por outro lado, continua a não ser claro se no desenho da nova economia global se tenciona atribuir um papel central à OIT a par dos órgãos financeiros e comerciais internacionais” afirmou o Secretário Geral da CSI – Guy Ryder – numa intervenção realizada durante uma reunião tripartida especial de alto nível sobre a crise, no Conselho de Administração da OIT, em Genebra, nesse mesmo dia.

O trabalho de advocacia desenvolvido pelas organizações sindicais a nível mundial, incluindo as reuniões com os líderes do G20 nos dias anteriores à Cimeira e mesmo já em Londres, constituiu um factor decisivo para garantir que o emprego tenha sido integrado como uma prioridade máxima no plano de reforma e da retoma.

IV. O caminho da retoma: uma estratégia sindical de combate à crise

A primeira resposta da CSI: Os sindicatos no G20 em Washington Novembro 2008

Os governos das maiores potências económicas do mundo foram lentos a reagir concertadamente à crise e fizeram-no tardiamente. Os líderes dos países do G20 realizaram uma "Cimeira da Crise", em Washington, a 15 de Novembro de 2008.

A CSI organizou em conjunto com a TUAC, reuniões paralelas com o apoio da AFL-CIO (American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations/Federação Americana do Trabalho e Congresso das Organizações Sindicais Industriais) e reuniu-se com os líderes do G20, do FMI e do Banco Mundial para os pressionar a apoiar as propostas sindicais de combate à crise.

Os dirigentes sindicais dos países do G20 encontraram-se com os líderes do FMI e do Banco Mundial e vários chefes de governo e responsáveis governamentais, incluindo o Presidente do Brasil - Lula da Silva -, o primeiro-ministro do Japão - Taso Aso -, e o primeiro-ministro da Austrália - Kevin Rudd -, antes da Cimeira do G20 sobre a crise financeira, que teve lugar em Washington. Antecedendo a Cimeira, realizaram-se reuniões dos sindicatos nos países líderes do G20, nomeadamente, com o primeiro-ministro do Reino Unido, da Espanha e o Presidente de França.

As discussões entre os sindicatos e os líderes dos governos desenrolaram-se sobre como coordenar um plano de recuperação para a economia real, regular novamente os mercados financeiros mundiais, criar um novo sistema internacional de governação económica e implementar uma estratégia de combate às crescentes desigualdades no mundo. Os líderes manifestaram a sua concordância e interesse em muitas das propostas apresentadas pelos sindicatos e o seu apoio geral à exigência dos sindicatos de que a questão do trabalho tinha de ser incluída nas discussões para o desenho de uma nova arquitectura financeira mundial.

O movimento sindical mundial apela aos líderes mundiais e às instituições internacionais para que desenvolvam uma estratégia, numa primeira fase de combate à crise e depois de construção de uma economia mundial mais justa e sustentável para as gerações futuras. A estratégia, que será esquematizada neste capítulo, deve:

- Implementar uma retoma internacional coordenada e um plano de crescimento sustentável com o máximo impacto na criação de emprego centrado no investimento público, nas políticas activas de emprego, protegendo os mais vulneráveis através de uma maior cobertura das redes de segurança social e investimentos na "economia verde" capazes de transformar a economia mundial, dotando-a de um modelo de crescimento com baixo teor de carbono. Às economias

emergentes e em desenvolvimento devem ser dados recursos e margem de manobra política para empreenderem políticas anti-cíclicas.

- Restaurar a confiança e a política de crédito do sistema financeiro e, para além disto, estabelecer novas regras e mecanismos de controlo financeiros a nível mundial na base de um compromisso plenamente assumido pelas partes interessadas;
 - Combater o risco de deflação salarial e inverter a tendência para o crescimento das desigualdades a nível dos rendimentos, alargando a cobertura da negociação colectiva e reforçando as instituições responsáveis pela definição dos salários, de modo a estabelecer um nível digno nos mercados de trabalho;
 - Preparar o terreno para um abrangente e ambicioso acordo sobre as alterações climáticas na COP 15, em Copenhaga, em Dezembro de 2009;
 - Estabelecer um padrão jurídico de referência composto por normas e instrumentos das instituições económicas e sociais internacionais – OIT, FMI, Banco Mundial, OMC e OCDE – e, para além disto, reformar estas instituições e construir uma governança económica global responsável e eficaz.
- Uma retoma coordenada e um crescimento mais sustentável do emprego e dos rendimentos

► A necessidade de uma coordenação

A primeira prioridade para os líderes mundiais deve ser a de restaurar a confiança impedindo a queda do crescimento mundial e invertendo o declínio do emprego. Os governos devem tomar todas as medidas necessárias neste sentido e utilizar a sua influência junto dos bancos a fim de reanimar o crédito, proporcionando um fluxo de liquidez adicional. Desde Novembro de 2008, a maioria dos países do G7 e outros do G20, nomeadamente, anunciaram ou implementaram medidas fiscais para estimular o crescimento. Estas medidas teriam o dobro do impacto sobre o emprego e o crescimento se tivessem sido complementares e coordenadas a nível internacional. Até agora, essa coordenação está a falhar: o estímulo económico dos Estados Unidos prevê pelo menos 2 % do PIB ao ano, enquanto que as medidas anunciadas nos países da U.E. no início de Fevereiro de 2009, se limitam a atingir menos de 1% do PIB da U.E. É tempo de os actuais “aproveitadores do sistema” agirem e tomarem medidas coordenadas para estimular a economia mundial – particularmente aqueles que apresentam excedentes comerciais. Reiteramos o nosso apelo para um plano de relançamento global de 2%, no mínimo, da produção mundial. Os bancos centrais devem continuar a baixar as taxas de juro e a promover a abertura da política monetária para que o investimento público possa ser financiado a taxas de juro mais baixas.

Dada a ameaça de uma crise persistente do emprego existe a necessidade urgente de uma estratégia de recuperação centrada no emprego, muito mais coerente e melhor

coordenada internacionalmente do que a que tem existido até aqui. O movimento sindical mundial está seriamente preocupado com o facto de os pacotes destinados ao estímulo fiscal serem, até à data, inadequados na sua dimensão, geograficamente desequilibrados, insuficientemente centrados nas questões do emprego e objecto de uma implementação muito lenta. Tal como foi mencionado no capítulo I, de acordo com a análise da OIT das respostas à crise em mais de 40 países, as medidas de estímulo fiscal não estão suficientemente focadas no emprego e na protecção social e apenas metade dos países estudados anunciaram políticas activas de emprego. Além disso, falharam no combate à falta de protecção social e à dramática diminuição dos rendimentos individuais, no caso das pensões de reforma. Os efeitos da crise têm-se feito sentir mais particularmente naqueles cujas reformas são abrangidas por sistemas não protegidos de “contribuição fixa”, que não oferecem qualquer segurança uma vez chegada a idade da reforma.

► Despesa pública orientada para o emprego

Os pacotes e as medidas de relançamento económico devem, igualmente, ter objectivos definidos a nível de cada país, para que tenham o maior impacto sobre o crescimento e o emprego. É necessário traçar um novo mapa económico que identifique os potenciais sectores com maiores oportunidades de crescimento futuro. Os governos devem apresentar programas de investimento em infra-estruturas que estimulem, a curto prazo, o crescimento da procura e aumentem o crescimento da produtividade da economia real, a médio prazo. Devem ser introduzidas medidas para apoiar o poder de compra daqueles que usufruem de mais baixos rendimentos, incluindo as famílias mono-parentais, maioritariamente constituídas por mulheres. A economia impulsiona-se proporcionando um maior poder de compra às pessoas de mais baixos rendimentos, uma vez que estas passam a sentir-se mais à vontade para gastar algum dinheiro extra mais rapidamente, garantindo, assim, uma ajuda no combate à recessão. Isto pode ser feito através do aumento dos benefícios, de sistemas de criação de emprego directo e de alterações fiscais. Os recursos não devem ser desperdiçados em reduções de impostos indiscriminadas e ineficazes: em período de recessão, investir em redes de segurança social e em transferências para serviços públicos locais, incluindo nos sectores da educação e da saúde, terá o dobro do impacto de uma redução nos impostos.

Os mercados de trabalho estão no cerne da crise e o desemprego continuará a aumentar nos próximos meses de 2009, permanecendo em níveis semelhantes em 2010 e 2011. Os jovens, em particular, são atingidos com níveis de desemprego superiores a 20% em muitos países do G8 e, em outras partes do mundo, existindo a forte probabilidade de grupos de jovens que abandonam as escolas e as faculdades, este Verão, serem forçados à inactividade económica. As empresas continuam a diminuir postos de trabalho em 2009 revelando a falta de confiança empresarial e a perspectiva de que a longo-prazo o desemprego irá aumentar em todos os grupos etários. As lições das crises financeiras do passado demonstram que a recuperação dos mercados de trabalho é mais demorada do que a recuperação económica e que o aumento significativo do desemprego, em especial do desemprego a longo prazo, é extremamente difícil de inverter. Esta situação aponta para o risco de uma recessão prolongada do mercado de trabalho.

► Investimento verde e emprego

Este é o momento ideal para lançar o “Novo Acordo Verde” exigido pelo Programa Ambiental das Nações Unidas (PANU). A agenda dos “Empregos Verdes” requer que os governos realizem investimentos de grande escala em infra-estruturas verdes, tais como a eficiência energética e as energias renováveis – estimulando assim a criação de empregos de elevada qualidade em vários sectores – bem como disponibilizem recursos financeiros para pesquisa e desenvolvimento, difusão e implementação de novas tecnologias e para a actualização de programas de desenvolvimento de competências. A implementação da agenda de “Empregos Verdes” ajudaria a criar em todo o mundo milhões de novos postos de trabalho amigos do ambiente, destacando, simultaneamente, a necessidade de efectuar uma transição justa para os trabalhadores/as e suas famílias afectados pelas mudanças climáticas e pelas decisões governamentais de reduzir as emissões de carbono.

► Serviços Públicos de Qualidade

Criar um novo modelo de desenvolvimento económico requer investimentos em serviços públicos de qualidade – incluindo a educação, saúde, saneamento e água, direito e segurança – e na protecção social para todos. Investimentos no sector público e a qualidade dos serviços públicos constituem uma contribuição vital para a coesão social e a equidade, que juntamente com uma administração ética e eficaz da legislação e a aplicação de normas reguladoras são os pilares das sociedades democráticas saudáveis.

Agora é também o momento de investir nas pessoas – na sua educação e saúde, no cuidado com as crianças e os idosos. Dada a aceleração das perdas de emprego nas indústrias afectadas pela crise, existe uma razão clara para investir na educação e na formação, de modo a apoiar a transferência de trabalhadores para sectores onde existe a necessidade de mais empregos. Nos sectores da saúde e cuidados de saúde, por exemplo devido ao envelhecimento da população, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que sejam necessários mais 4,2 milhões de postos de trabalho em todo o mundo. Na educação, prevê-se que 18 milhões de novos professores devam ter formação a fim de cumprir a meta fixada, proporcionando uma educação de qualidade a todas as crianças da primária até 2015. Milhões de outros professores e formadores são necessários no ensino profissional e na formação de competências que sustentem a economia real e proporcionem a integração profissional dos trabalhadores e das trabalhadoras nas economias em reestruturação. Além disso, os governos devem redobrar os esforços para reduzir a pobreza nas mulheres que, actualmente, representam a maioria dos pobres a nível mundial.

► Políticas Activas de Emprego

A prioridade deve ser a manutenção dos postos de trabalho, das forças de trabalho e dos trabalhadores em actividade. Para travar o aumento do desemprego mundial, as Políticas Activas de Emprego (PAE) têm um papel crucial a desempenhar, contudo os gastos com estas políticas constituíram apenas uma pequena parte do pacote fiscal aprovado pela maioria dos países (como é descrito no Capítulo I). Os programas devem ser

implementados para reduzir o desemprego e as perdas salariais, e devem ainda prestar apoio aos rendimentos. Nestes tempos de crise, as empresas devem ser socialmente responsáveis e conservar os trabalhadores o máximo de tempo possível. A OIT, os trabalhadores, os governos e empregadores concordaram que “a reestruturação deve ser baseada no diálogo entre os empregadores, os sindicatos e os representantes dos trabalhadores”. As empresas que recebem apoios públicos têm de respeitar os acordos com os governos e os sindicatos para a execução de planos de reestruturação, que incluem a reinserção e a formação profissionais.

Os governos devem colocar em prática políticas de emprego que:

- Desencorajem as empresas a recorrerem aos despedimentos ao menor sinal de problema, oferecendo apoio às empresas afectadas por dificuldades temporárias de tesouraria;
- Centrem os seus objectivos nos grupos mais afectados pela crise, como os jovens, os mais idosos, os trabalhadores e as trabalhadoras com baixas qualificações, os trabalhadores temporários e a tempo parcial, as mulheres e os migrantes;
- Aumentem os esforços para eliminar o fosso salarial entre homens e mulheres, que se estima situar-se acima dos 22%;
- Apoiem os rendimentos, em particular, alargando a cobertura dos benefícios ligados ao desemprego;
- Assegurem o pleno cumprimento das normas nacionais e internacionais respeitantes à cessação dos contratos de trabalho dos trabalhadores;
- Promovam o investimento nas pessoas, proporcionando mais e melhores oportunidades de formação que facilitem a aquisição de novas competências aos trabalhadores e trabalhadoras de todas as idades;
- Garantam aos trabalhadores migrantes os mesmos direitos dos restantes cidadãos, porquanto a sua estigmatização não só conduz à xenofobia como acaba também por agravar a pobreza.

► Apoiar as economias emergentes e em desenvolvimento

Com desemprego global a crescer, a maioria dos trabalhadores e das trabalhadoras a nível mundial não estão cobertos pelos benefícios de protecção ligados ao desemprego quando perdem os seus postos de trabalho e apenas se podem socorrer das suas poupanças ou do apoio da família quando atingem uma idade mais avançada. A crise representa, simultaneamente, uma obrigação e uma oportunidade para se estabelecerem redes de protecção social adequadas que possam desempenhar o papel de estabilizadores automáticos nos países que não as possuem, independentemente do seu nível de desenvolvimento.

Aumentar os salários dos trabalhadores/as e alargar os níveis de protecção social será especialmente importante para a recuperação das economias emergentes que conseguiram alcançar um elevado crescimento através das exportações, mas que agora enfrentam o colapso dos seus principais mercados exportadores. A retoma económica

nestes países, assim como a possibilidade de atingirem um crescimento sustentável a longo-prazo dependerá da respectiva capacidade para construir uma forte base alicerçada na procura interna. Tal vai exigir um cumprimento mais rigoroso dos direitos dos trabalhadores, de forma a que os sindicatos possam negociar aumentos salariais proporcionais ao aumento da produtividade e uma protecção social mais abrangente através de sistemas que englobem, nomeadamente, as pensões de velhice e os cuidados de saúde. Estas estratégias irão ajudar a corrigir os “desequilíbrios globais” no comércio e nos fluxos financeiros e reverter as crescentes desigualdades de rendimento que existem em muitos desses países.

Ao mesmo tempo que economias industrializadas e emergentes lutam pela retoma, corre-se o risco de deixar de lado os países de menores rendimentos dado que os pobres estão ainda a tentar recuperar da crise alimentar. Enquanto que os preços dos alimentos e das mercadorias moderaram os seus valores nos mercados mundiais devido à recessão global, os efeitos continuam a fazer-se sentir: os novos dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) revelam que os preços dos alimentos são hoje mais altos do que há um ano – no auge da crise alimentar global – em mais de 80 % dos países em desenvolvimento. A queda dos rendimentos provocada pela crise económica irá agravar os efeitos da crise alimentar, afectando sobretudo os pobres rurais e urbanos, os agricultores sem-terra, as famílias lideradas por mulheres, os recém-desempregados, incluindo os trabalhadores migrantes. É absolutamente vital manter e melhorar a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Os orçamentos de ajuda ao desenvolvimento, em particular para os Países Menos Desenvolvidos (PMD) necessitam de ser mantidos, com a adopção de compromissos vinculativos e de um calendário a fim de se cumprir a meta das Nações Unidas de 0,7 % do PIB. Os governos devem manter a segurança alimentar na ordem do dia e trabalhar em conjunto no sentido de construir, a mais longo prazo, uma agricultura sólida que garanta às pessoas produtos básicos acessíveis e o usufruto de um acesso seguro e sustentável à alimentação.

Se a maioria dos países em desenvolvimento e alguns países emergentes continuam a implementar políticas fiscais pro-cíclicas, deve-se às pressões exercidas pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFI) que advogam para tempos de crise a aplicação da “disciplina fiscal”, apesar dos compromissos assumidos na Cimeira de Londres do G20, no mês de Abril, no sentido de garantir o apoio financeiro “contra-cíclico” das IFI. A comunidade internacional deve apoiar programas alargados de recuperação nos países em desenvolvimento, necessários para prevenir um maior crescimento da pobreza e contribuir para a procura global. Os bancos internacionais e regionais de desenvolvimento, assim como outras instituições, têm um importante papel a desempenhar como garantes da participação de todas as regiões do mundo no esforço de recuperação. Isto exige, simultaneamente, um maior apoio financeiro das IFI e dos países doadores e o fim de uma política económica nociva baseada nos condicionalismos impostos para obter o apoio destas Instituições. Estas devem tomar medidas para a redução da dívida e realizar reformas de governação para que os países mais afectados pelas suas acções possam ter maior influência na definição das próprias políticas.

É necessário aumentar a representação e reforçar o poder dos países mais pobres nas instituições e processos mundiais. As economias emergentes e os governos dos países em desenvolvimento devem ser parte integrante das instituições de uma nova ordem económica. Em particular, o Banco Mundial, cuja actividade central assenta nos países

em desenvolvimento, deve conceder-lhes direito de voto – com base em critérios económicos e sociais – que sejam pelo menos iguais aos dos países industrializados. O FMI necessita igualmente de uma reforma urgente e deve mudar a sua estrutura de governação para aumentar a representação dos países “clientes” de mais baixos rendimentos e das economias emergentes, cujo papel nas economias mundiais tem aumentado ao longo dos últimos anos. Os líderes do G20 já se comprometeram a atribuir recursos mais elevados às Instituições Financeiras Internacionais, contudo, em contrapartida, tanto o Banco Mundial como o FMI devem acabar com os critérios condicionantes para os países emergentes e em desenvolvimento, empurrando-os para políticas pró-cíclicas. Por exemplo, os acordos sobre empréstimos de emergência negociados pelo FMI com diversos governos, a partir de Outubro de 2008, incluíram aumentos das taxas de juro, redução dos salários e das pensões, o aumento das tarifas dos serviços públicos e a privatização de entidades estatais. Vários acordos impuseram levar a cabo reformas da protecção social no sentido de uma possível exclusão daqueles que não fazem parte dos grupos mais vulneráveis. Ao invés, o trabalho digno e a observância das normas fundamentais do trabalho devem servir de base aos novos acordos. Os organismos regionais como a União Africana (UA), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSA) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) devem ter assento no G20, tal como acontece com a Comissão Europeia.

► Restabelecer o apoio público ao sistema comercial multilateral

O colapso do comércio mundial está a conduzir a uma recessão global em que os países dependentes dos mercados de exportação apresentam as maiores quedas do PIB. Estas devem-se, essencialmente, à diminuição da procura global muito mais do que ao estabelecimento de restrições comerciais. Qualquer tentativa de redução dos salários para manter a competitividade corre o risco de reduzir ainda mais a procura mundial contribuindo para uma deflação generalizada que deve ser contrariada. A resposta correcta consiste numa acção internacional coordenada centrada no aumento da procura – e não através de “políticas competitivas de penúria”.

O comércio pode impulsionar o crescimento económico, a retoma e o desenvolvimento, mas apenas mediante condições correctas. Restaurar a legitimidade e o apoio público ao sistema comercial mundial e concluir a Ronda de Doha das negociações comerciais exige avanços no reforço da protecção dos direitos fundamentais dos trabalhadores e das trabalhadoras. Requer, também, que os países em desenvolvimento sejam capazes de alcançar a recuperação económica, o emprego digno e, posteriormente, uma progressão da capacidade industrial e, onde for necessário, o controlo dos fluxos de capital a curto-prazo com vista a atingir os objectivos de desenvolvimento. É, ainda, necessário desenvolver outros mecanismos, incluindo mecanismos de defesa e de compensação, para proteger os países de baixos rendimentos contra a volatilidade dos mercados de matérias-primas.

● Novas Regras para os Mercados Financeiros Mundiais

As políticas de desregulamentação que conduziram à “financiarização” da economia mundial tiveram como consequência a destruição da economia real e dos empregos bem como dos meios de subsistência de milhões de trabalhadores e trabalhadoras em todo o globo. O mundo deve levar avante uma nova a regulação dos mercados financeiros para que estes recuperem o seu legítimo papel de financiadores da economia real e abandonem o de criadores de um casino financeiro global. Embora os compromissos assumidos em Londres, na Cimeira do G20, representem alguns avanços, necessitam ainda de ser implementados a nível nacional. Além disso, esses compromissos não cobrem áreas cruciais como a regulamentação das reformas, a protecção das famílias a nível do consumo e as finanças sociais. O Plano de Acção das Federações Sindicais Mundiais (Global Unions) para a Reforma Financeira (detalhado na página seguinte) ainda tem de ser executado.

► Restaurar a Confiança, Nacionalizar os Bancos

O financiamento dos bancos custou ao contribuinte entre três a dez vezes mais do que o do que o montante gasto com os planos de estímulo à economia. No entanto, até à data os resultados apresentados são bem fracos – os mercados de crédito ainda não estão a funcionar de forma adequada, existindo igualmente uma incerteza considerável quanto ao nível dos riscos a suportar pelos contribuintes e o seu acesso aos benefícios financeiros em caso da retoma da economia. Os governos combateram o problema da insolvência bancária recorrendo maioritariamente à transferência de activos tóxicos para entidades públicas, em vez de apostarem em medidas equitativas. Esta decisão falhou ao impor aos bancos financiados uma total transparência e a assunção das perdas apresentadas contabilisticamente, confiando apenas na boa-vontade das instituições de crédito em colaborar. Acresce que esta opção não só não separará os “maus” activos dos “bons” como não restaurará a confiança, servindo apenas para agravar o estado das finanças públicas. Além disso, uma tal operação de “salvamento” dos accionistas dos bancos equivaleria a uma transferência daquilo que pertence aos trabalhadores para as famílias mais ricas do mundo, uma vez que estas se encontram sobre representadas enquanto accionistas das instituições financeiras. O movimento sindical continua a defender a posição que a nacionalização dos bancos em dificuldades constitui a melhor forma de restaurar a confiança e de proporcionar uma partilha equilibrada dos riscos, garantindo que os contribuintes beneficiarão de quaisquer mais valias uma vez resolvido o problema da insolvência.

► Reformar o Sistema Financeiro

Os governos devem também corrigir o défice democrático que tem caracterizado os esforços para redesenhar a arquitectura financeira do pós-crise e não devem deixar a reforma do sistema financeiro para os peritos do Conselho de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board - FSB, formalmente conhecido como FSF) – os mesmo peritos que criaram o actual sistema que agora desabou de forma tão desastrosa. Para além do mais, o FSB falhou no passado nos seus compromissos com os sindicatos, a sociedade civil e outros intervenientes, incluindo as Nações Unidas e a OIT, demonstrando não ter a estrutura de governação adequada, as competências e os recursos que lhe permitam fazê-lo de forma diferente no futuro.

A actual crise revelou as limitações de uma perspectiva de “supervisão delegada” que assume que apenas uma pequena parte do sistema financeiro (por exemplo, os bancos comerciais) requer uma supervisão adequada. Várias iniciativas posteriores a Setembro de 2008 identificaram a necessidade de se alterar o tipo de abordagem leve do passado para a regulamentação financeira mundial. Agora é tempo de uma regulamentação obrigatória que garanta o controlo público e a supervisão de todas as instituições financeiras, produtos e transacções. Propomos o seguinte plano de acção com oito pontos:

**Plano de Acção das Federações Sindicais Mundiais (Global Unions):
8 Pontos para a Reforma Financeira**

- 1** – Travar a economia financeira “sombra” (por exemplo, fundos de capitais privados e produtos estruturados);
- 2** – Acabar com os paraísos fiscais e os “offshores” e criar novos mecanismos internacionais de tributação;
- 3** – Assegurar aos países em desenvolvimento um acesso justo e sustentável às finanças internacionais;
- 4** – Reformar o modelo do sistema bancário privado a fim de prevenir as bolhas especulativas e reduzir os riscos de “efeito económico de alavanca”;
- 5** – Controlar as remunerações dos dirigentes, dos accionistas e de outros intermediários financeiros;
- 6** – Proteger as famílias de trabalhadoras contra os empréstimos predatórios;
- 7** – Consolidar e aperfeiçoar a prestação das contas públicas, o mandato e os recursos das autoridades fiscalizadoras;
- 8** – Reestruturar e diversificar o sector bancário.

*Fonte: Declaração das G.U. à Cimeira do G20, Londres
www.tuac.org/en/public/e-docs/00/00/04/58/document_doc.phtml*

1 - Travar a economia financeira “sombra”. Os governos devem assegurar a cobertura regulamentar total de todas as instituições, produtos e operações. Em particular, os fundos de capitais privados e acções não devem estar isentos da regulamentação aplicada às outras entidades gestoras de activos, que prevêem a prestação de contas aos investidores, a transparência e, quando necessário, as

responsabilidades do empregador. Todos os tipos de créditos relacionados e transacções extra-balancete devem ser proibidos. Produtos financeiros cuja transferência de crédito implique um risco (como os “credit default swaps” e as obrigações) e outros “produtos estruturados” opacos com cotação em bolsa devem ficar sujeitos à supervisão das autoridades públicas. Regra geral, qualquer transacção deveria estar ligada à titularidade real do activo em causa. As agências de notação de crédito devem ser regulamentadas, de modo a evitar conflitos de interesses na valorização dos produtos e das instituições.

2 - Acabar com os paraísos fiscais e os “off-shores” e criar novos mecanismos internacionais de tributação. O sistema fiscal mundial deve servir para fortalecer e não para enfraquecer a estabilidade financeira e a prestação de contas. A decisão do G20 em combater a fraude e evasão fiscais, aumentando a cooperação internacional quanto aos paraísos fiscais constitui um avanço. Contudo, é necessário ir mais além. A perspectiva da OCDE para o intercâmbio de informações é muito limitada, uma vez que repousa nos pedidos específicos de informação em vez de se basear no intercâmbio automático. Além disso, a crise financeira revelou a extensão da arbitragem tributária, impulsionadora do crescimento do sistema financeiro “sombra”: produtos estruturados não sujeitos a regulamentação, acções, titularidade da dívida e transacções extra-balancete. As tendências fiscais que favorecem a dívida, em conjunto com a arbitragem regulamentar, combinaram-se para reduzir artificialmente os custos de financiamento de certas formas de investimento, por exemplo em acções, que de outra forma nunca seriam simplesmente sustentáveis.

3 - Assegurar aos países em desenvolvimento um acesso justo e sustentável às finanças internacionais. Os países em vias de desenvolvimento deveriam ter acesso a linhas de crédito com condições adequadas às suas necessidades e capacidades. As medidas deverão incluir a activação do programa do FMI – Direitos Especiais de Saque (SDR) -, acelerando a cooperação cambial regional e redireccionando os fluxos de capital dos actuais países com contas excedentárias, incluindo os seus Fundos de Riqueza Soberana, para objectivos de desenvolvimento.

4 - Reformar o modelo do sistema bancário privado de forma a prevenir as bolhas especulativas e reduzir os riscos do “efeito económico de alavanca”. As regras de adequação do capital – o montante que os bancos devem colocar de parte como caução para os empréstimos – devem passar a estar mais ligadas ao crescimento dos activos dos bancos e ao nível de risco criado por esses activos. Esta medida desencorajaria os bancos a enveredarem por uma exposição excessivamente arriscada dos seus activos. Por outro lado, ajudaria também a conduzir a dotação de capitais para objectivos socialmente mais desejáveis e a facilitar aos bancos centrais o controlo da inflação dos preços dos activos.

5 - Controlar a remuneração dos dirigentes, dos accionistas e de outros intermediários financeiros. Os sistemas de remuneração devem ser regulados a nível legislativo de modo a reflectir e a promover uma actuação económica, social e ambiental a longo prazo e a permitir às empresas que atribuam às suas reservas lucros destinados ao reinvestimento em bens produtivos. As remunerações da administração e dos comerciais deverão estar em consonância com o salários e a reformas dos restantes trabalhadores e, no caso dos serviços financeiros, deverão estar ligadas a práticas responsáveis de venda e de empréstimo. Nos próximos cinco anos deveriam ser proibidas as atribuições de prémios bem como outros esquemas de bónus relacionados

com o desempenho. Deve-se impedir que os accionistas espoliem a riqueza das empresas nas fases prósperas através de dividendos e de programas de revenda de acções que deixam as empresas descapitalizadas durante os períodos de recessão económica. Os fundos de acções, em particular, colocaram milhões de empregos em risco, devido à insustentabilidade do seu modelo de controlo do crédito no que respeita às aquisições.

6 - Proteger as famílias trabalhadoras contra os empréstimos predatórios. Os governos deveriam tomar medidas destinadas a aumentarem a segurança dos empréstimos para as famílias trabalhadoras proporcionando contratos financeiros transparentes (empréstimos para habitação, cartões de crédito, seguros), possibilidade efectiva de recurso, proximidade de serviços e meios de acesso (plafonamento das taxas de juros e comissões). Os esquemas de remuneração e de incentivos dos bancos, os seus trabalhadores e outros responsáveis pela concessão de crédito deveriam estar preparados para assegurar práticas responsáveis de vendas e de empréstimos que sirvam os interesses dos clientes.

7 - Consolidar e aperfeiçoar a prestação das contas públicas, o mandato e os recursos das autoridades fiscalizadoras. Os governos deverão actuar a fim de pôr cobro à abordagem fragmentada da regulação financeira que, actualmente, se encontra dividida de acordo com o tipo de negócio e com a jurisdição nacional. Deverá existir uma consolidação supra-nacional, onde quer que seja necessário, nomeadamente, na Europa. As autoridades fiscalizadoras deverão ser dotadas de poderes executórios suficientes e de recursos adequados às suas funções. Em especial, essas funções deveriam ser alargadas de forma a abarcar a monitorização da inflação dos preços dos bens. A posição sindical deverá ser ouvida na estrutura de poder de decisão. Além disso, no sector financeiro, o quadro fiscalizador, incluindo os “colégios de auditores” deveria proporcionar a cooperação entre as autoridades financeiras e os sindicatos e outras estruturas representativas dos trabalhadores no local de trabalho por exemplo, conselhos de empresa, e acordos quadro a nível internacional, assinados entre Federações Sindicais Mundiais e empresas multinacionais.

8 - Reestruturar e diversificar o sector bancário. A diversidade dos modelos de negócio e das formas legais de que se revestem são necessárias para ajudar a construir serviços financeiros nacionais equilibrados e fortes, que sirvam a economia real e que vão de encontro às necessidades das famílias dos trabalhadores. Os governos deverão promover modelos alternativos de serviços bancários e de seguros sem fins lucrativos, como sejam as cooperativas de crédito, os bancos mutualistas, as mútuas e outros serviços financeiros solidários ou públicos. Deverão ainda tomar medidas no sentido de garantir que não haja, no futuro, a criação de grandes conglomerados “demasiado grandes para falir” ou que combinem diferentes tipos de negócio: banca, seguros, bancos de investimentos, etc. Toda e qualquer reestruturação deverá ser levada a cabo de acordo com os mais elevados padrões de diálogo social, sendo que os impactos no emprego devem ser evitados.

► Proteger as Pensões de Reforma dos Trabalhadores

A crise evidenciou o perigo do investimento ilimitado das pensões dos trabalhadores no sector financeiro “sombra”, sendo portanto necessário proteger as trabalhadoras e os trabalhadores cobertos por esquemas de pensões pré-financiados. Os fundos de pensões sediados nos países da OCDE decresceram, em 2008, cerca de mais de 3.3 triliões de US\$, correspondendo a 20 % em termos reais, devido à queda dos activos, da bolsa de valores, fundos privados e produtos estruturados. O impacto imediato da crise será particularmente sentido por aqueles/as que se encontrem mais perto da idade de reforma e cujas pensões se enquadram em esquemas desprotegidos de “contribuição definida” onde o montante final da pensão está dependente do desempenho do fundo de pensão. Os governos deveriam tomar medidas a fim de garantir reformas adequadas para os trabalhadores e trabalhadoras com esquemas pré-financiados, incluindo, assegurando que os empregadores assumam a sua quota-parte do risco e do respectivo financiamento, reforçando os sistemas públicos de garantia já existentes bem como a regulamentação dos investimentos em fundos de pensões, em geral.

● Estancar a Deflação Salarial e Combater a Crise da Justiça Distributiva

A “flexibilização” dos mercados de trabalho que ocorreu na maioria das economias durante os últimos 25 anos veio acentuar o risco de deflação salarial, devido à redução do poder de compra e ao aumento da insegurança contribuindo, assim, para a crise. Os governos não podem incorrer no mesmo erro dos anos 30, permitindo cortes competitivos nos salários. Em lugar de optarem por políticas que enfraquecem a protecção dos trabalhadores e aumentam a precariedade no emprego, os governos deverão assegurar níveis mínimos nos mercados de trabalho, de forma a prevenir uma espiral deflacionária mais grave dos rendimentos e dos preços. Deverão agir no sentido de proteger os direitos fundamentais dos trabalhadores e das trabalhadoras e o desenvolvimento da negociação colectiva e encorajar a reconstrução das instituições que contribuem para uma mais justa redistribuição dos rendimentos e da riqueza. Os salários mínimos deverão ser suficientemente elevados para garantir condições de vida dignas aos trabalhadores e suas famílias, bem como para prevenir um maior aumento do número de trabalhadores pobres. As mulheres representam a maioria daqueles para quem as condições de vida são mais precárias e alcançar a igualdade de género e a eliminação da discriminação das mulheres no emprego deverão constituir uma prioridade das agendas políticas nacional e internacional.

Antes da crise, a desigualdade de rendimentos aumentou, quer dentro do próprio país quer entre os vários países. Os aumentos salariais situaram-se, geralmente, abaixo das taxas de produtividade em dois terços dos países mais ricos da OCDE e o nível dos salários no rendimento nacional decresceu em todos os países, cujos dados se conhecem. De forma a contrariar estas desigualdades, necessitamos de um novo modelo de desenvolvimento económico que seja sustentável a nível ambiental e que assegure um crescimento dos salários reais equilibrado, de acordo com os aumentos da produtividade. Necessitamos ainda de um sistema fiscal mais justo, que combata as desigualdades, deslocando a carga fiscal do trabalho para o capital.

Na maioria dos países em vias de desenvolvimento as instituições do mercado de trabalho são ainda mais fracas do que nos países industrializados e uma grande

percentagem da força de trabalho situa-se à margem, na “economia informal”, onde os trabalhadores e as trabalhadoras não têm qualquer tipo de protecção. As normas básicas de regulação do mercado de trabalho – como sejam o salário mínimo, limite máximo de horas de trabalho, atribuição de subsídio em caso de perda de emprego e o recurso limitado à contratação a termo – são essenciais para a protecção dos trabalhadores contra os abusos e ainda o respeito integral pelas normas fundamentais do trabalho para que os trabalhadores se possam organizar e negociar colectivamente, a fim de melhorarem os respectivos salários e condições de trabalho. As Instituições Financeiras Internacionais (IFI) não deverão promover uma maior desregulação do mercado de trabalho nos países em desenvolvimento no decorrer da presente crise, dado que isso apenas conduzirá a um agravamento da situação dos trabalhadores e das trabalhadoras, especialmente tendo em conta que a grande maioria nestes países não têm quaisquer programas de apoio financeiro a que recorrer. As IFI deveriam trabalhar conjuntamente com a OIT com o objectivo comum da criação de empregos seguros, com salários adequados, protecção social e direitos.

A mais longo prazo, as estruturas tripartidas de consulta económica e social e as políticas de planeamento que constituíram o trampolim para os 30 anos de elevado crescimento económico e de melhoria do nível de vida no período do pós-guerra têm que ser recriadas. A participação dos representantes dos trabalhadores nas decisões relacionadas com o crescimento do emprego e da economia é não só coerente com os princípios democráticos como também justificável a nível económico. Uma alternativa baseada no modelo neo-liberal condena-nos a uma repetição dos erros dos anos 20 e 90 e a uma manutenção dos níveis de desigualdade crescente responsáveis pela instabilidade financeira e, em última análise, pela queda da bolsa de valores.

● Lançar as Bases de um Acordo Internacional para Diminuir os Efeitos das Alterações Climáticas

Os dirigentes mundiais e os governos devem assegurar que as medidas de urgência necessárias para combater as alterações climáticas não sejam adiadas ou esquecidas em virtude da presente crise. Pelo contrário, tal como é defendido neste Relatório, os governos deveriam coordenar uma resposta fiscal global à crise de forma a avançarem com a “agenda da economia verde”, preparando assim as bases de um acordo climático ambicioso este ano em Copenhaga.

Hoje em dia é geralmente aceite que os custos globais das alterações climáticas num cenário de “status quo” seriam equivalentes a uma perda de pelo menos 5 % da produção mundial anual, actualmente e para sempre. Se for tomado em linha de conta um conjunto mais abrangente de riscos e de impactos, os efeitos líquidos dos danos poderiam exceder os 20 %. Ao contrário, os custos da redução das emissões de gases com efeito estufa (GEE) para prevenir os seus piores efeitos, ou seja, cerca de 85 % ao ano até 2050, relativamente aos níveis de 1990 e 25-40 % em 2020 nos países do Anexo I, poderiam limitar os custos em 1% da produção mundial todos os anos. Assim, enquanto que a tomada de medidas de combate às alterações climáticas alterará a actividade económica e o emprego, a falta de acção conduzirá a consequências catastróficas para a sustentabilidade do emprego, para a sociedade e para a economia em geral. Os governos têm de se comprometer de uma forma eficaz a reduzir as emissões a fim de se alcançarem as metas desejadas, baseados no princípio de responsabilidades

comuns, embora diferenciadas e de acordo com o desenvolvimento económico e social de cada país.

Temos que enviar uma mensagem forte quanto à necessidade de se alcançar um acordo em Copenhaga. Este deverá incluir metas ambiciosas de redução das emissões de GEE nos países desenvolvidos, bem como uma acção efectiva no sentido de se conseguir a redução das emissões de GEE ou aumentos controlados, com vista a fazer descer a progressão dos níveis de carbono nos países em desenvolvimento.

Os governos devem reconhecer que a concretização de um tal acordo sobre as alterações climáticas depende da obtenção não só de um largo e sustentado consenso político quanto aos objectivos mas também quanto aos meios para os atingir. O acordo deverá evidenciar que os governos signatários reconhecem os impactos sociais e económicos da sua implementação através do estabelecimento de uma estratégia clara que os tente reverter, uma vez que, até à data, tanto os desafios do emprego como os seus potenciais benefícios permanecem sem solução. Para além disso, o novo acordo sobre as alterações climáticas deve apelar aos governos para que consultem, planeiem e implementem uma estratégia de “transição justa”, visando a protecção dos mais vulneráveis contra os riscos das alterações climáticas bem como das consequências das medidas de adaptação ou atenuação das alterações climáticas. Estas estratégias “de transição” deverão prever, nomeadamente, que seja assegurada a consulta aos sindicatos, empresários e sociedade civil, programas de formação profissional, políticas de protecção social e diversificação económica.

Os países desenvolvidos deveriam disponibilizar apoio financeiro e outros aos países mais pobres a fim de os apetrechar para os desafios das alterações climáticas, nomeadamente através da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC).

O mundo deveria estar pronto para mostrar a sua capacidade de liderança e ambição e para:

- Levar a cabo investimentos de larga escala criadores de emprego em infra-estruturas verdes, tais como a eficiência energética, edifícios, energias renováveis e transportes públicos.
- Implementar programas de formação e de desenvolvimento de competências para os trabalhadores e trabalhadoras que os ajudem no acesso a “empregos verdes” de qualidade. Devem ser direccionados, em particular, para as comunidades vulneráveis, como por exemplo as afectadas pela presente crise.
- Comprometer-se com objectivos ambiciosos de curto e médio prazos de redução de emissão de GEE.
- Promover aos níveis internacional e nacional uma “transição justa” para uma economia de baixo teor de carbono e equitativa a nível social e apoiar a posição apresentada, em Junho de 2009, no texto negociado da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, tendo em vista o COP15 (Conference of the Parties), em Copenhaga.
- Reconhecer o papel dos sindicatos na construção de consensos e na criação das condições necessárias à transição de grande envergadura que tem de ocorrer.

● Uma Governança Económica Global Eficaz e Responsável

Em 1944, os maiores países do mundo reuniram-se em Bretton Woods para estabelecer novas regras financeiras de carácter mundial que apoiassem a recuperação económica. Actualmente temos de ser mais ambiciosos: a mudança tem que ir para além da regulação financeira. A crise revelou sérias fragilidades relativamente aos mecanismos de governança da economia mundial. Enquanto não existir um único padrão para uma governança mundial óptima, os governos poderão começar por identificar os requisitos exigidos para uma actuação conjunta em áreas como o ambiente, as finanças, apoio ao desenvolvimento, imigração, emprego, saúde e energia, onde é óbvio que a governança nacional por si só é deficiente e que se impõe uma nova arquitectura institucional mundial num “importante acordo global”. Caso a agenda das negociações comerciais avance, torna-se necessária a existência de um pilar social muito mais forte de modo a antecipar e atenuar as oscilações do emprego, fruto de uma competitividade mais intensa. O processo do G20 contém alguns dos elementos requeridos mas permanece demasiado centrado nos assuntos financeiros. A economia real, o trabalho digno e a redução da pobreza são matérias que ficam, habitualmente, à margem das discussões. Para além disso, os países que somam um terço da população mundial não estão representados neste fórum, não tendo quaisquer possibilidades de influenciar os trabalhos do G20. De facto, os resultados da “Conferência das Nações Unidas ao mais alto nível sobre a Crise Económica e Financeira Mundial e o seu Impacto no Desenvolvimento” deveriam ser prosseguidos de forma a que pudessem desempenhar plenamente o seu papel nas novas estruturas de consulta e governança das organizações internacionais.

A adopção histórica de um Pacto Global para o Emprego por parte de governos, sindicatos e empregadores na Conferência Internacional do Trabalho anual, em Junho de 2009, constituem um quadro realista e exequível para a recuperação e reforma da economia. O Pacto da OIT coloca o emprego e os rendimentos no cerne dos esforços para a retoma económica e estabelece critérios-chave para uma nova economia global. Os empregos, os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, a protecção social, os serviços públicos de qualidade e a sustentabilidade deverão constituir o núcleo das decisões políticas globais, num corte significativo com o radicalismo fracassado do mercado livre, responsável pela crise.

O Pacto fornece aos governos e empregadores orientações para a criação e manutenção de emprego, reconhecendo a importância dos “empregos verdes” tanto para a recuperação económica como para o combate ao problema das alterações climáticas. O papel crucial das negociações tripartidas entre governos, sindicatos e empregadores, bem como o diálogo social e a negociação colectiva são evidenciados, a par da necessidade de evitar espirais salariais deflacionárias e a degradação das condições de trabalho. São, igualmente, realçados a importância dos esquemas públicos de criação de emprego, tais como o desenvolvimento de infra-estruturas, bem como o apoio a desempregados, a formação e o desenvolvimento de competências profissionais. É dada especial atenção no Pacto à necessidade de uma governança global eficaz e coerente, o que requer que o sector financeiro, no futuro, sirva as necessidades da economia real de forma a promover o trabalho digno. Os governos dos países em desenvolvimento, em particular, necessitam de espaço político para investirem no futuro, em lugar de serem empurrados para políticas fiscais “pró-cíclicas”, que conduzem, frequentemente, a cortes gravíssimos nos empregos e nos rendimentos.

Por outro lado, a Cimeira do G20 de Londres apoiou a preparação dos princípios de uma Carta Global para a actividade económica sustentável, que deverá constituir um conjunto de regras globais de políticas económica, financeira, social, ambiental e de desenvolvimento, realçando a obrigatoriedade de prestação de contas e a responsabilidade colectiva como as pedras angulares básicas da actividade económica. Neste contexto, os padrões laborais e sociais constituem um dos elementos chave dos princípios globais para prevenir uma repetição da presente crise. É essencial que os elementos do trabalho digno relativos ao emprego, às normas do trabalho, à protecção social e ao diálogo social obtenham um forte apoio, no contexto das discussões relativas à Carta do G20.

É óbvio que compete aos governos encetarem o trabalho mas este não se pode resumir a reuniões à porta fechada entre banqueiros e técnicos do Ministério das Finanças. Os sindicatos estão disponíveis para se empenharem de uma forma construtiva neste processo, apelando aos governos para que os envolva nas negociações. As organizações sindicais devem ser parceiros de pleno direito nas novas estruturas consultivas e de governança das organizações internacionais, tal como acontece na OCDE. De acordo com os mandatos estabelecidos pela Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Justa adoptada pela Organização Internacional do Trabalho em Junho de 2008 e pelo Pacto Global para o Emprego, a OIT necessita de se colocar no centro de uma nova arquitectura multilateral que possa responder eficazmente à presente crise no contexto de uma globalização conduzida pelos mercados, colocando o emprego, as prioridades sociais e a promoção do trabalho digno no centro dos processos de tomada de decisão.

As organizações sindicais fazem reivindicações ao FMI e ao Banco Mundial em Washington – Janeiro de 2009

Uma delegação de alto nível composta por 80 representantes sindicais de todo o mundo reuniu com o Director Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) – Dominique Strauss-Kahn – e com o Presidente do Banco Mundial (BM) - Robert Zoellick - bem como com membros do Conselho de Administração e com vários outros membros destas duas instituições em Washington, em Janeiro de 2009, visando pressionar a implementação de medidas adicionais imediatas anti-recessão e de uma regulamentação global eficaz, capaz de assegurar uma estabilidade económica global futura. A delegação, liderada pela presidente da CSI, Sharan Burrow e pelo seu Secretário-geral, Guy Ryder, integrou dirigentes e peritos económicos de centrais sindicais nacionais, de Federações Sindicais Mundiais e do Comité Consultivo Sindical junto da OCDE (TUAC).

Entre as matérias discutidas, abordaram-se entre outras, as políticas de estímulo fiscal, os empréstimos de emergência e os critérios que devem presidir a esses empréstimos. A CSI exprimiu uma preocupação particular por algumas das condições do acordo relativamente ao empréstimo que o FMI acabara de concluir com o Governo autoritário da Bielo-Rússia.

Em troca de um empréstimo de emergência de 2.26 mil milhões de dólares o governo da Bielo-Rússia, condenado pela OIT por violar os direitos fundamentais dos trabalhadores, comprometeu-se aplicar restrições salariais na generalidade do sector público, aumentar os preços dos serviços públicos e prosseguir a privatização. Foi, igualmente, requerido à Bielo-Rússia que reformasse a sua rede de segurança social centrando o seu apoio nos “grupos mais vulneráveis”, o que poderá resultar numa redução da protecção social para muitos

trabalhadores, uma vez que estes não têm a possibilidade de se expressar ou defender de uma forma livre devido à repressão anti-sindical levada a cabo pelo regime de Lukashenko.

No fim das reuniões com a delegação de 80 membros das organizações sindicais internacionais, o Presidente do B.M. – Robert Zoellick –, e o Director Geral do FMI – Dominique Strauss-Kahn –, comprometeram-se a reforçar os programas sociais dirigidos aos trabalhadores e trabalhadoras afectados pela crise económica e a incrementar as medidas relativas ao cumprimento das normas fundamentais do trabalho. O Director Geral do FMI, Strauss-Kahn, e os quadros superiores do Fundo afirmaram à delegação que o FMI não havia previsto a amplitude da presente crise e que estavam conscientes da experiência e das competências do movimento sindical, que há já vários anos, vinha avisando dos perigos que representavam os instrumentos financeiros exóticos para a desregulação da economia mundial.

Os Sindicatos na Cimeira do G20 em Londres – Abril de 2009

Dirigentes sindicais de todo o mundo reuniram-se em Londres, em Abril de 2009, com o objectivo de defenderem a sua posição sobre a crise económica mundial. As reuniões com o anfitrião da Cimeira, o Primeiro-ministro Britânico Gordon Brown e o Primeiro-ministro Australiano remataram dezenas de reuniões similares com Chefes de Estado e de Governo, organizadas pelos dirigentes sindicais nacionais nos seus países de origem. Foram ainda realizadas discussões na véspera da Cimeira, com o Presidente Francês – Sarkozy -, o Primeiro-Ministro Espanhol – Zapatero - e o Ministro das Finanças alemão - Steinbrueck.

Ao mesmo tempo, durante o fim-de-semana, dezenas de milhares de manifestantes enfrentaram o tempo frio e chuvoso nas ruas de Londres numa grande manifestação da sociedade civil liderada pela Presidente da CSI - Sharan Burrow - e co-organizada pelo Congresso dos Sindicatos Britânicos (TUC), que coordenou uma série de reuniões em Londres com a CSI e o TUAC.

O “lobby” sindical teve o seu impacto. O emprego e as questões sociais foram tratadas com uma maior relevância no Comunicado final da Cimeira do G20 de Londres, em comparação com a Cimeira do G20 de Novembro de 2008 ou com as anteriores versões do Comunicado do G20. A OIT participará no acompanhamento da Cimeira, tendo sido convidada a avaliar as acções levadas a cabo pelo G20, relativamente ao emprego.

A crescente crise global do emprego, os desequilíbrios nas instituições económicas e sociais e a desregulação dos mercados financeiros representam uma ameaça à obtenção de trabalho digno para todos e a uma sociedade mais justa a nível social. Apesar de alguns dados preverem uma fraca recuperação em 2010, torna-se imperativo ter em conta que a actual fase de desemprego contrasta com tudo aquilo que, até à data, tem existido no mundo do trabalho. A Grande Depressão centrou-se principalmente nos EUA, enquanto que a actual crise económica afecta trabalhadores e trabalhadoras, orçamentos e deficits governamentais e as empresas a nível global. O próximo passo é assegurar que a principal prioridade será dada à manutenção e criação de empregos e a providenciar uma protecção social adequada. Pura e simplesmente, não podemos permitir a continuação do aumento das desigualdades e da pobreza entre países e

mesmo dentro dos próprios países, como tem acontecido nas duas últimas décadas. “Colocar as pessoas em primeiro lugar” não é apenas um slogan – é uma exigência – dos trabalhadores (mulheres e homens, jovens e idosos, famílias e crianças da nossa nova geração) apresentada aos dirigentes mundiais: que as desigualdades deixaram de ser toleráveis tanto nos mercados financeiros como nos mercados de géneros alimentícios ou nos mercados de habitação.

Os Sindicatos na Cimeira de Pittsburgh – Setembro de 2009

A terceira Cimeira sobre a Crise Económica e Financeira Mundial terá lugar em Pittsburgh, na Pensilvânia, a 24 e 25 de Setembro de 2009. Assim, a CSI, o Comité Consultivo Sindical da OCDE (TUAC) e as Federações Sindicais Mundiais, em conjunto com a AFL-CIO prepararam a participação de uma grande delegação de dirigentes sindicais provenientes dos países do G20 numa reunião com os Chefes de Estado e de Governo que participam na terceira Reunião dos Dirigentes do G20 para discutir a situação económica mundial.

Os objectivos anunciados pelos sindicatos para Pittsburgh incluem o acompanhamento das questões do emprego, matérias sociais e o papel do Pacto Global para o Emprego da OIT; a Carta global para uma actividade económica sustentável; as alterações climáticas e o Novo Pacto Verde; a implementação e o aprofundamento dos acordos sobre regulação financeira da Cimeira de Londres; e os actuais programas de empréstimos do FMI, bem como as incongruências relativamente às promessas da Cimeira de Londres de financiar as despesas anti-cíclicas dos países em vias de desenvolvimento.

Olhando para além das respostas imediatas à crise, quando as nossas economias começarem a recuperar, os sindicatos irão lutar para garantir que não haja um regresso aos “status quo”. Em lugar de planear “estratégias de saída”, que representam apenas uma versão mais brutal das políticas falhadas do passado, existe a necessidade de se estabelecer um novo modelo de desenvolvimento económico que seja eficaz do ponto de vista económico, socialmente justo e sustentável do ponto de vista ambiental. Este modelo deverá reequacionar a economia, consagrando um equilíbrio entre: a economia real e a financeira; os direitos do emprego e o capital; os países com excedentes comerciais e os que apresentam déficits; e os países industrializados e os países em desenvolvimento. Acima de tudo, deverá pôr fim às políticas que, há mais de duas décadas, têm gerado desigualdades massivas não só entre nações mas também dentro das próprias nações. Esta situação requer uma mudança de paradigma no processo de tomada de decisão que coloque verdadeiramente as pessoas em primeiro lugar.



Nota: Tradução adaptada, da responsabilidade da UGT, baseada nas versões inglesa e francesa

Para ter acesso à versão integral, queira consultar www.ituc-csi.org